

ANTÓNIO

02

POR BRUNO VIEIRA AMARAL

DE SPÍNOLA

RETRATOS POLÍTICOS II

BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES

SÁBADO

ANTÓNIO

SPÍNOLA

DE SPÍNOLA

POR BRUNO VIEIRA AMARAL

SÁBADO

Coordenação editorial

João Pombeiro

Revisão

João Alexandre

Capa e paginação

PixelReply.pt

Fotografia de capa

Keystone Press/Alamy Stock Photo/Fotobanco.pt

RETRATOS POLÍTICOS II

Breves Biografias de Políticos Portugueses

é uma série editada pela Reverso em exclusivo para a revista SÁBADO.

© Reverso, 2025 | Medialivre, 2025

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Depósito legal: 529811/24

ISBN: 978-989-9080-38-6

Impresso em abril de 2025 na Multiponto, S.A.



WWW.REVERSOEDITORA.PT



5 de maio de 1974: António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional, nomeado na sequência da revolução do 25 de Abril.

**ANTÓNIO
DE SPÍNOLA,
*O VELHO***

ÍNDICE

09	O GRANDE SONHO
17	O PRIMEIRO ENTRE OS PRIMEIROS
27	IDEIAS NOVAS
35	CONVERSA COM SALAZAR
45	SITUAÇÃO CRÍTICA
57	GUINÉ: SEGUNDO ATO
67	FIM DE LINHA
77	REGRESSO AO FUTURO
89	HORA DA REVOLUÇÃO
97	LUTA PELO PODER
107	O 28 DE SETEMBRO
115	O ÚLTIMO GOLPE
121	SPÍNOLA NO EXÍLIO
129	EPÍLOGO
131	CRONOLOGIA
139	BIBLIOGRAFIA

O GRANDE SONHO

António Sebastião Ribeiro de Spínola nasceu a 11 de abril de 1910 na freguesia de Santo André, Estremoz, vila para onde o pai, escrivão de fazenda, como então se designavam os funcionários das finanças, tinha sido deslocado. Ambos os pais, António Sebastião de Spínola e Maria Gabriela Alves Ribeiro de Spínola, eram oriundos da Madeira, onde se casaram no ano de 1902. A filha mais velha do casal, Maria Emília, ainda nasceu na Madeira, em maio de 1905, mas morreu em agosto de 1906, já em Estremoz.

Apesar de nascer no Alentejo, o menino foi batizado na Igreja de São Domingos, em Lisboa. Dois anos depois, a família aumentou com o nascimento de Francisco, que manteria com o irmão uma relação de grande proximidade até ao fim da vida. Desde o nascimento de António de Spínola, a Monarquia já fora derrubada e a República implantada e os anos seguintes seriam marcados por eventos dramáticos, a nível familiar e a nível político, dentro e fora do país.

Em 1914, num clima de grande instabilidade política interna, eclode a Grande Guerra, em que Portugal participa com o envio de tropas para o centro da Europa e para África. Mas o acontecimento que há de moldar a vida e a personalidade de Spínola é a morte da mãe, Maria Gabriela, em 1916, quando a família vivia em Azeitão. Com o filho mais velho prestes a entrar para a escola e com a ameaça da guerra a pairar sobre o país, o pai resolve enviar os dois filhos para a Madeira, aos cuidados dos avós paternos, António Sebastião e Maria José da Silva.

É na Madeira, em Porto da Cruz, que Spínola faz o primeiro ano de instrução primária, mas, no ano seguinte, as duas crianças regressam ao continente para viverem com o pai numa quinta em Sintra. Completada a instrução primária, o pai resolve inscrevê-lo no Colégio Militar, onde Spínola entra no ano letivo de 1920/21, com o número 33. Na família não havia tradições militares, mas o facto de ter de criar os filhos sozinho terá levado o pai a pensar que uma instituição como o Colégio Militar seria um bom auxílio na educação.

Spínola não foi um aluno excepcional. Nos anos que passou no Colégio Militar mostrou, em geral, um bom comportamento, denotando preferência por disciplinas como História, Geografia e Desenho. Já na adolescência, aos 14 anos, foi reprimido por mau comportamento, com uma acusação de ter gravado o nome no tampo de uma mesa do refeitório e de comportamento incorreto na sala de aula. Por ter sido apanhado a fumar e reincidir no “crime” ficou proibido de ir a casa aos domingos. Mas esse período de rebeldia não durou muito.

Quando saiu do Colégio Militar, em 1928, com 18 anos, era um homem e a experiência vivida na instituição iria defini-lo no seu percurso e nas suas atitudes, nunca deixando

de se considerar um “filho da disciplina do Colégio Militar” e, quando ocupou cargos de decisão nas Forças Armadas, valorizando aqueles que tinham passado pela mesma escola de vida. Naquele momento já se decidira: enveredaria por uma carreira militar, “o grande sonho da sua vida”.

Um sonho que começou a ganhar forma quando, depois de se inscrever na Escola Politécnica, foi promovido a primeiro-sargento-cadete no Regimento de Cavalaria 4, em Santarém. Na altura, a Revolução de 28 de Maio, o golpe militar que derrubara a Primeira República, ocorrera já há dois anos, embora a situação política do país permanecesse instável. A qualquer momento poderia haver uma reviravolta porque a oposição ao novo regime não desistira de o tentar derrubar, mesmo que fosse pela força. Mas a última tentativa séria de golpe militar durante muito tempo seria a revolta de 26 de agosto de 1931, que redundou numa derrota para as forças do “Revirvalho” e a deportação para Timor dos líderes da rebelião. Ainda muito jovem, Spínola ofereceu-se como voluntário para combater ao lado das forças governamentais, um facto que, anos mais tarde, seria lembrado pelo pai de Spínola a António de Oliveira Salazar quando tentou meter uma “cunha” pelo filho ao Presidente do Conselho.

Na altura, Spínola, após completar os estudos preparatórios militares na Politécnica, já entrara para a Escola do Exército, a futura Academia Militar, tendo escolhido a Arma de Cavalaria, considerada uma elite dentro do Exército. Tal como viria a acontecer com aqueles que tinham passado pelo Colégio Militar, no futuro Spínola haveria de mostrar preferência pelos oficiais de Cavalaria na hora de escolher os seus homens mais próximos. Quando ainda frequenta o curso de Cavalaria, em 1932, casa-se, a 18 de agosto, na igreja dos

Anjos, com Maria Helena Martin Monteiro de Barros, filha do brigadeiro João Monteiro de Barros, que fizera parte do Corpo Expedicionário Português que combateu na Grande Guerra. Spínola tem apenas 22 anos e a mulher é ainda mais nova, com 19. A conselho médico, o casal nunca teve filhos.

Concluído o curso de Cavalaria, em 1933, Spínola é destacado para o Regimento de Cavalaria 7, em Lisboa. Em novembro desse ano é promovido a alferes e inicia o tirocínio de arma na Escola Prática de Cavalaria em Torres Novas, findo o qual regressa à Cavalaria 7 como instrutor com a especialidade em transmissões. Estávamos em 1934 e Spínola não se podia queixar da vida. Tudo lhe corria de feição. Politicamente, a situação do país estava estabilizada desde o ano anterior: a constituição que instaurara o Estado Novo entrara em vigor e Salazar tornara-se Presidente do Conselho de Ministros. Acumulava a função com a pasta das Finanças e, em 1935, convida o pai de Spínola, inspetor na Inspeção-Geral de Finanças desde 1930, para chefiar o seu gabinete.

Na altura, Spínola é um apoiante do regime e não apenas por dever de lealdade. Participa convictamente em ações militares de apoio às tropas franquistas durante a Guerra Civil de Espanha, iniciada em 1936. O governo de Salazar não intervém abertamente, mas faz o possível para apoiar o lado do general Franco. Um desses auxílios é através da escolta do outro lado da fronteira a camiões civis que transportam alimentos para as tropas nacionalistas. Enquanto voluntário, Spínola assume a responsabilidade sem reboço.

Nesses anos, comprova o seu gosto e talento para a equitação, que tivera de demonstrar aquando das provas para entrar na Escola do Exército. Participa em provas hípicas em Portugal e no estrangeiro. No Campeonato do Cavalo de

Guerra, de 1940, com o cavalo *Urtigão*, termina em 16.º lugar. No mesmo ano, em setembro, conquista o 8.º lugar no IV Concurso Hípico de Cascais. Nos anos seguintes, triunfa em várias provas. Manterá o hábito de durante muitos anos mesmo depois de sofrer quedas aparatosas com várias fraturas pelo meio. Enquanto teve saúde, já perto dos 80 anos, continuou a montar a cavalo.

Tenente desde 1937, Spínola é nomeado ajudante-de-campo do sogro, em 1939, quando Salazar escolheu o brigadeiro Monteiro de Barros para comandante-geral da GNR. Spínola permanecerá nessas funções até 1943, mas durante esse período desenvolve outras atividades além da participação em provas hípicas. É um dos fundadores da renovada *Revista da Cavalaria*, para a qual contribui com vários artigos. Um dos mais relevantes é publicado em janeiro de 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, após uma viagem de estudo à Alemanha, no âmbito dos intercâmbios militares entre os dois países, em que Spínola visita a Escola de Carros de Combate, a Escola de Equitação e a frente germano-russa em Leningrado. Aprende uma lição que lhe será valiosa no futuro, a de que a realidade no terreno obriga a ajustes teóricos de que um militar não se deve envergonhar: “Ao iniciarmos a nossa viagem de estudo à Alemanha, éramos, ainda, dos oficiais de cavalaria que se poderiam considerar mais retrógrados, dada a nossa errónea conceção quanto ao modo de emprego da cavalaria nos modernos campos de batalha. Apaixonados do cavalo, essa paixão levava-nos a não querer ver, e talvez mesmo a não compreender, de forma alguma, a cavalaria a cavalo banida dos campos de batalha.” Percebe que, a partir de então, a Cavalaria será bastante diferente em cenário de guerra.

Com a morte do sogro, em fevereiro de 1943, Spínola abandona a GNR e vai para o Regimento de Lanceiros 2, como adjunto do comando. Entre promoções, transferências e louvores, os anos passam. Já usa o monóculo no olho direito que o distingue, seguindo a tradição dos oficiais de Cavalaria prussianos. Condecorado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Avis, elogiado pela contribuição para a *Revista de Cavalaria* e reconhecido pela reestruturação do 4.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria que promove a partir de 1953, Spínola, sendo um homem de ação, sente que isso não lhe chega. O que também não lhe chega é o dinheiro porque, desde a morte do sogro, é ele o responsável por toda a família, incluindo a sogra e o cunhado, irmão da mulher, e a esposa deste, que enfrentam um grave problema de saúde.

O pai de Spínola intercede junto de Salazar para que este lhe arranje um cargo na administração de uma empresa que permita ao filho fazer face aos seus tremendos encargos financeiros. Salazar, num primeiro momento, não lhe dá resposta. Só em meados dos anos 50, por indicação do ministro da Presidência, Costa Leite, ao empresário António Champalimaud, Spínola entra para o conselho administração da Siderurgia Nacional, em representação do Instituto das Conservas de Peixe, empresa pública que detinha 10% do capital da siderúrgica.

Sem grandes perspetivas de uma mudança radical na carreira militar, Spínola aproveita para melhorar a sua situação financeira, mesmo que o pelouro que lhe é atribuído, o do pessoal, não o motive por aí além. O país continua a ser governado por Salazar e não se prevê que isso mude tão depressa. Não há nenhuma ameaça existencial à nação que exija a intervenção das Forças Armadas. Spínola tem quase 50 anos,

é capitão há quinze e tem obra feita por todos os lugares por onde passou. Mas, profissionalmente, não é um homem realizado. Porém, tudo isso estava prestes a mudar.

O PRIMEIRO ENTRE OS PRIMEIROS

No dia 24 de novembro de 1961, uma sexta-feira, o almirante Américo Tomás, Presidente da República desde 1958, nas eleições a que concorreu Humberto Delgado e que abalaram o país e o regime de Salazar, conclui uma visita de Estado a Espanha. No mesmo dia, na Gare Marítima de Alcântara, António de Spínola embarca no paquete *Angola* com destino à colónia portuguesa para comandar o Batalhão de Cavalaria 345. Spínola, promovido a tenente-coronel no início daquele ano, tem 51 anos e está ali porque quer partir para África para defender a nação. A sua idade e o posto que ocupa punham-no a salvo de uma mobilização para uma guerra que, nos primeiros meses, é dramática para as tropas portuguesas e desmoralizadora para as populações brancas. Não é um ato de loucura ou uma tentativa de recuperar a juventude. O Ultramar, como dirá trinta anos depois na última entrevista que concedeu, “qualquer que fosse o seu futuro, era um desígnio nacional, reiterado por todas as forças políticas, quer situacionistas quer da oposição.”

E era no Ultramar que se jogava o destino do regime. As revoltas nas fazendas de algodão na Baixa de Cassange, no início de janeiro de 61, e em Luanda, em fevereiro, com o ataque à Casa de Reclusão Militar, são os primeiros sinais de que o verniz do domínio colonial não tardará em estalar. A repressão, quer em Luanda, com a participação de populares brancos sedentos de vingança, quer na Baixa de Cassange, com uma resposta brutal das tropas portuguesas, é imediata mas não evita os acontecimentos de 15 de março no norte de Angola. Os homens da UPA (União das Populações de Angola) entram pela fronteira do Congo e espalham o caos e a morte entre colonos brancos e os bailundos, os negros oriundos da região central de Angola e “contratados” para trabalhar nas plantações de café. Os números não são certos, mas estima-se que ao todo tenham morrido mais de cinco mil pessoas, entre colonos, trabalhadores negros e elementos da UPA.

O golpe foi duro. Talvez o golpe político mais duro sofrido pelo regime. “Sob o prisma da retórica do regime”, escreve Filipe Ribeiro de Meneses na biografia do ditador, “o maior fracasso de Salazar ao longo das suas quatro décadas no poder terá sido a sua incapacidade de proteger a população branca e os seus trabalhadores no norte de Angola em 1961.” Os ataques sangrentos em Angola, que não foram de todo inesperados, obrigaram Salazar, hesitante numa fase inicial, a mobilizar tropas para a colónia, “rapidamente e em força”, num contexto internacional extremamente desfavorável e com tensões internas a corroerem o poder do governo, que tivera de lidar com tentativas de revolta além da campanha mobilizadora conduzida pelo general Humberto Delgado em 1958. O assalto ao paquete *Santa Maria*, no início de 1961,

com o enorme impacto internacional que teve, punha o regime contra as cordas, acossado por todos os lados e alvo das críticas unânimes da comunidade internacional devido à sua política colonial. Mas já depois do início do conflito em África, houve uma nova tentativa de golpe, liderada pelo ministro da Defesa, o general Júlio Botelho Moniz, com a colaboração de algumas das figuras mais destacadas das Forças Armadas, incluindo Costa Gomes.

Na altura, Salazar, tendo conhecimento do golpe que se preparava, jogou na antecipação e demitiu o ministro, exonerou as chefias, como o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, o general Beleza Ferraz, e assumiu a pasta da Defesa. A 13 de abril anunciou ao país a decisão, simulando uma determinação para resolver o problema colonial que ocultava a passividade inicial e sem mencionar a conspiração que o pretendia afastar do poder. Perante o caos que se desenhava, Spínola escreveu uma carta ao Presidente do Conselho onde manifestava, com uma abertura e uma franqueza invulgares, as suas opiniões sobre os motivos do descontentamento de vários setores próximos do regime e do que era necessário fazer para que se evitasse o colapso total. Sem nunca pôr em causa a lealdade ao regime, ao contrário do que acontecera com Botelho Moniz, instava Salazar a promover mudanças que ecoavam os avisos feitos pelo antigo ministro da Defesa. Spínola era da opinião que a estrutura política estava dominada por oportunistas e que era urgente um rejuvenescimento com “nomeações fora do círculo vicioso da União Nacional”.

O documento contundente ilustra a coragem política do então tenente-coronel Spínola, numa fase em que a crítica à condução da política do governo poderia ser facilmente in-

terpretada como um desejo latente de insubordinação: “Urge, é indispensável, é vital, remodelar, renovar, sair dos quadros artificiosos e desacreditados que, não a ideia de V. Ex.^a, mas a ineptidão dos homens que a servem foi criando e mantendo. V. Ex.^a anunciou uma remodelação ministerial para breve. Torna-se indispensável renovar o processo de mobilização de valores, chamando gente fora do círculo viciado da atual ‘União Nacional’, gente que não esteja queimada, pessoas de ação, acima de tudo íntegras e com a necessária independência para, desapassionadamente, reconhecerem e remediarem o que está mal, destrinchando as deficiências resultantes de erros de estrutura das que foram originadas pela inépcia e corrupção dos homens. Enfim, pessoas que possam dar uma chicotada numa Nação que se encontra apática e adormecida, dando-lhe novo alento, nova alma e nova esperança. Urge orientar nesse sentido a próxima remodelação ministerial. Caso contrário, o que esteve para se passar acontecerá. V. Ex.^a ganhou a última batalha; mas, se as coisas não mudam radicalmente, não ganhará a próxima.”

Era um aviso forte vindo de um homem cuja autoridade não era política, mas militar, e o que surpreende é Salazar não ter reagido de cabeça quente afastando Spínola. Mas também não seguiu o conselho de promover mudanças radicais. Para o Presidente do Conselho a questão colonial era uma oportunidade de reafirmar a unidade política, abafar as críticas e erigir um desígnio que mobilizasse um país horrorizado com os massacres em Angola em torno do regime. Era, na verdade, uma boia de salvação. Para Spínola, em termos pessoais, era também uma oportunidade de passar à prática muitas das reflexões teóricas de uma carreira militar longa e distinta, amplamente reconhecida e condecorada, mas à qual faltava a di-

menção prática que separava os líderes dos grandes guerreiros. Apesar do conteúdo da carta dirigida a António de Oliveira Salazar, ainda não era hora de se envolver na política em sentido estrito ou de atacar o regime, como fez questão de dizer ao Presidente do Conselho: “Na crise gravíssima que se passou, empreguei toda a minha ação e comprometi-me profundamente para que se mantivesse o atual regime político.” Não era apenas uma questão de calculismo, até porque, ao contrário dos conspiradores, acreditava e defendia a permanência de Salazar no poder: “Eu sei, como disse há pouco, o que o Exército pensa. Mas sei também que a mudança agora pretendida se baseava num erro fundamental: o da oportunidade de afastar V. Exa. numa altura em que, acima de tudo, V. Exa. representa o símbolo da política de firmeza, a única que tem para nós alguma possibilidade de êxito na atual conjuntura internacional.”

No dia da partida do contingente liderado por Spínola para Angola, o subsecretário de Estado da Defesa, Jaime Filipe da Fonseca, adotara o mesmo tom: “Quando a política e a diplomacia não chegam para esclarecer e convencer das razões humanas e históricas que nos assistem, na questão que as forças do mal levantaram contra as nossas províncias ultramarinas, que o mesmo é dizer, contra Portugal, o Governo e toda a Nação, no cumprimento do que se entende como um sagrado dever, entregou às suas Forças Armadas a defesa da integridade da Pátria. Têm, pois, a palavra, os soldados e dela têm usado por forma altamente digna e honrosa.” Na mesma ocasião, num dia em que o mau tempo impediu o desfile das tropas, Spínola, “num vibrante discurso”, agradeceu as palavras do representante do governo e falou sobre a fé patriótica e a vontade férrea dos soldados que partiam.

No final desse mês de novembro, as notícias que chegavam do terreno em Angola já eram mais animadoras, do ponto de vista do Exército português. Em junho, o recém-empossado ministro do Ultramar, Adriano Moreira, nomeara o general Venâncio Deslandes como comandante-chefe das Forças Armadas em Angola, com indicações claras para “esmagar o terrorismo com todos os meios ao seu dispor”, poderes que foram reforçados com a nomeação do general como governador-geral da província em setembro. A forte mobilização de meios e tropas nesses primeiros meses teve resultados imediatos, com a reconquista do posto administrativo em Lucunga (junho), da povoação de Nambuangongo (agosto) e, já em outubro, do último posto administrativo ainda em poder das forças da UPA, Caiongo.

Para Venâncio Deslandes, estava preparado um “novo período de restabelecimento do trabalho e da segurança de Angola e da reorganização política ultramarina, em curso.” Ou seja, nas palavras do governador-geral, o pior já tinha passado. A situação no terreno estava controlada, situação fundamental para que se pudessem aplicar as necessárias mudanças políticas que tinham sido adiadas ou, melhor, que o governo achava por bem não aplicar de forma a não favorecer a narrativa da comunidade internacional que pressionava o regime colonial português. Estes desenvolvimentos faziam prever que o Batalhão de Cavalaria 345 fosse encontrar um cenário de relativa normalidade e acalmia.

O Batalhão, composto por várias unidades de Cavalaria e com mais de 600 homens, desembarcou em Angola a 4 de dezembro de 1961, uma segunda-feira. A fase de instrução decorreu entre 11 de dezembro e 3 de janeiro de 1962, no Campo de Instrução Militar de Grafanil, nos arredores de

Luanda, onde o Batalhão recebeu formação complementar e adequada ao tipo de ação que iria desenvolver na região para onde seria destacado, no norte de Angola. Nesse mesmo dia, 3 de janeiro, as várias companhias do Batalhão 345, comandado pelo tenente-coronel António de Spínola, começam a partir para Bessa Monteiro e foi aí que começou verdadeiramente o segundo ato da vida deste militar. Quando, quase no final da vida, lhe perguntaram qual tinha sido o seu maior sucesso militar, Spínola não hesitou na resposta: “Ter participado como voluntário na Guerra do Ultramar, onde tive o privilégio de correr riscos ao lado dos nossos extraordinários soldados, lídimos representantes do ancestral patriotismo do povo português.”

E se correu riscos foi porque, apesar dos desenvolvimentos positivos nos meses anteriores, a situação militar em Angola, em particular nas zonas afastadas dos centros urbanos, estava longe de ser o cenário pacífico e tranquilo que alguns pintavam. Quando os primeiros homens do Batalhão 345 chegaram a Bessa Monteiro, a 8 de janeiro de 1962, a situação era pouco menos do que crítica. As forças da UPA tinham a iniciativa e encontravam-se extraordinariamente motivadas tendo em conta o sucesso das várias emboscadas levadas a cabo no mês de dezembro. A população nativa fora evacuada de Bessa Monteiro para Ambrizete por causa das ligações aos “terroristas”, que atacaram em força duas secções da Companhia de Cavalaria 253 poucos dias após a chegada desta ao terreno. A Artilharia 118 e a Caçadores 112, as Companhias que se encontravam na região de Bessa Monteiro até à chegada de Spínola e dos seus homens, limitavam-se praticamente a defender estaticamente as suas posições, permitindo aos nacionalistas da UPA atuar, como referiu o tenente-coronel

no primeiro relatório que enviou ao quartel-general, “com supremacia absoluta da iniciativa, explorando com êxito o efeito de surpresa das suas ações de emboscada.”

A posição dramática de defesa a que estas Companhias estavam remetidas devia-se, em larga medida, à falta de informações e ao desconhecimento do território e das posições das forças inimigas. Sem essas informações, nada mais podiam fazer do que defender-se a todo o custo, o que significava que o inimigo se movia com todo o à-vontade e não havia perspectivas realistas de inverter o tabuleiro. O único dado positivo a retirar era o de que mares calmos nunca fizeram bons marinheiros e que, uma vez recolhidas as informações sobre o terreno circundante, a situação só poderia melhorar porque era difícil ficar pior do que estava. A iniciativa militar das tropas portuguesas só poderia ser recuperada com informação precisa sobre a topografia da região e a localização dos acampamentos da UPA e as suas ligações à população local. À informação recolhida junto dos nativos, e pelas quais se dizia que Spínola pagava generosamente, e com o apoio do chefe de posto – a autoridade administrativa portuguesa na região –, juntou-se o reconhecimento aéreo feito por aviões que vinham de Luanda. Apesar de todas as dificuldades, Spínola não se podia queixar da falta de meios materiais – o navio que os levara para Angola tinha ido carregado com Mauser, pistolas metralhadoras UZI, metralhadoras Madsen, morteiros, lança-granadas, cerca de 50 *jeeps*, meia centena de Unimog e 10 veículos GMC, alguns deles preparados especialmente na sua bem conhecida Siderurgia Nacional – e da resposta pronta das autoridades aos seus pedidos.

Estas condições privilegiadas, que advinham do estatuto e dos contactos de Spínola no meio militar, político e em-

presarial, estiveram na origem dos comentários que, anos mais tarde, o sargento Otelo Saraiva de Carvalho faria sobre a atuação do tenente-coronel na guerra de Angola, dizendo que este “fazia uma guerra de luxo, não lhe sendo negado absolutamente nada do que exigia, desde blindagens especiais para as viaturas (excedendo largamente o quadro orgânico) até helicópteros para apoio das operações.” Mas até o próprio Otelo reconhecia que a autoridade e a aura guerreira que se formara à volta de Spínola se devia ao exemplo que dava “sendo sempre dos primeiros homens na frente da coluna, despindo por vezes, durante a marcha, o dólman camuflado, mas mantendo invariavelmente calçadas as luvas de pelica, o pingalim na mão e o monóculo encaixado no olho direito.”

Dir-se-ia que, a par das qualidades estratégicas e de liderança propriamente ditas, Spínola revelava um instinto para a compreensão do impacto cénico da apresentação do líder, uma imagem que haveria de perdurar na memória daqueles que, como o brigadeiro Manuel Monge, dela foram testemunhas: “E irão contar-lhes sobre a personagem lendária que, de bordão na mão, calcorreava os sertões de Angola à frente dos soldados, com o monóculo a piscar ao sol.” Da mesma forma lembrou-o Alpoim Calvão: “Nas chamas de Angola começou a revelar-se um excecional condutor de homens. Já tinha dobrado a casa dos cinquenta anos mas mesmo assim não se furtou a um só sacrifício, a um só esforço, a uma só dificuldade. Partilhou tudo com os seus soldados: as longas marchas, os perigos, a sede e a fome. Era o primeiro entre os primeiros.” A lenda de Spínola começava a ganhar forma.

IDEIAS NOVAS

Foi preciso um revés traumático para que Spínola começasse a acompanhar os seus homens nas investidas pelo mato. A 25 de abril de 1962, a Companhia 253, liderada pelo tenente Xavier de Brito, incumbido pelo próprio Spínola dessa missão em substituição do capitão Justino Clara Pinto, é vítima de uma emboscada, em Quidilo, que resulta na morte de oito militares portugueses e dois guias nativos. Na altura, a avaliação militar era a de que a “organização terrorista” se encontrava praticamente desmantelada naquele setor. Não só a iniciativa já não estaria do lado da UPA como a própria população nativa de Bessa Monteiro regressara à povoação, num sinal claro de que as operações no terreno começavam a surtir o efeito desejado junto das populações nativas.

Por essa razão, Spínola sentiu que a companhia atingida precisava de mais do que palavras de encorajamento para recuperar o moral: “A partir de hoje, quando saírem para o mato, eu é que vou à vossa frente.” E, no dia após a emboscada, a companhia voltou ao mesmo local liderada por Spínola

que, a partir daí, sai sempre com os seus homens nas operações mato adentro, atravessando cursos de água, partilhando as rações de combate e sem se furtar aos perigos, numa atitude que era, por vezes, considerada temerária. É o que acontece numa saída em patrulha de uma das companhias do Batalhão 345, já na região de São Salvador do Congo, ainda mais a norte, para onde Spínola e os seus homens foram destacados após a “limpeza” bem-sucedida da região de Bessa Monteiro. Os guerrilheiros abrem fogo sobre o acampamento improvisado da companhia e é um soldado, António Cáceres Veiga, que salva Spínola ao pôr-lhe o capacete – atingido, segundos depois, por uma bala inimiga.

A lealdade dos soldados ao homem que os comandava não vinha apenas do facto de os acompanhar e não significava que afrouxasse a sua exigência de disciplina e de dedicação de todos os que serviam sob o seu comando. Essa dureza raiava em certas ocasiões a crueldade e a impiedade, como num episódio relatado em segunda mão por Otelo: “Murmurava-se que um dia, sem dó nem piedade, dera um tiro de pistola à queima-roupa num carregador nativo que se recusara, lamuriendo, a transportar um excesso de carga para uma operação, distribuindo a carga sobrando e a que o pobre já transportava pelos outros carregadores aterrorizados.” E quando apressava a marcha dos soldados e algum destes ousava lembrá-lo de que, ao contrário deles, não carregava às costas os dez quilos de uma mochila, respondia: “Pois não, mas levo comigo uma mochila de mais vinte e tal anos de idade do que vocês, que ainda pesa muito mais do que a vossa.”

Disciplinador, autoritário, exigente e até cruel, Spínola granjeia a admiração de muitos dos seus homens, para não dizer a totalidade, com um infalível sentido de justiça e de

solidariedade, patente no testemunho de Cáceres Veiga: “Todos os dias, quando era a hora da refeição, ele ia ter com os soldados para os animar e conversar. Era um grande comandante: exigia muito aos militares – mas também os tratava bem. Saía com eles para o mato e enfrentava os mesmos perigos. Interessava-se por nós. Lembro-me de um período em que só se comia arroz. Ele ficou furioso. Conseguiu melhorar as nossas condições. Passámos a receber, no meio do mato, pão, batatas, conservas e outros mantimentos transportados por aviões Dornier. Mas aí de nós se as ordens não fossem cumpridas à risca... Nisso era implacável. Não perdoava a ninguém. Tanto gritava com os soldados como com os oficiais.”

De facto, não hesita em punir os graduados, como o referido Clara Pinto, quando estes lhe fazem frente, desafiam a sua autoridade ou não cumprem as missões de que são incumbidos, situação descrita assim por Otelo: “Um capitão, comandante de uma das companhias do Batalhão, que com ele entrara em litígio fora enxovalhado, desprestigiado e corrido da unidade pelo *Velho*.” Era assim, “não tendo a mínima hesitação em aplicar uma ‘charutada’ a um graduado para dar razão a um soldado”, que predisponha as tropas a todos os sacrifícios, e não eram poucos, que lhes pedia.

No entanto, não lhes exigia sacrifícios irracionais ou suicidas. Por exemplo, em São Salvador, as condições difíceis do terreno, como a altura do capim e as dificuldades de locomoção provocadas pela estação das chuvas, eram geralmente citadas como um entrave ao sucesso das tropas portuguesas no confronto com um inimigo que aí se movimentava como peixe na água. Pelo menos essa era a crença generalizada. Ora, Spínola, apesar de hábil na teoria, não se deixava in-

timidar pelos cenários traçados no papel. Fundamentava as suas avaliações e as suas decisões estratégicas em informação recolhida no terreno e não em supostos dogmas que, acima de tudo, serviam como justificação de uma certa paralisia.

Num relatório enviado ao quartel-general dava conta de que as tais dificuldades no terreno estavam longe de ser inultrapassáveis e, ainda mais importante, afetavam de maneira idêntica os guerrilheiros, que não dispunham de qualquer vantagem natural na movimentação por aquelas áreas: “o mato apresenta para as nossas tropas os mesmos condicionamentos que para os terroristas, carecendo, portanto, de fundamento o mito da impossibilidade de as nossas tropas não penetrarem no mato em determinadas épocas do ano.” Em alguns casos, bastava um mínimo de sensatez e argúcia e, ao invés de se aventurarem pelo mato, seguir o rasto deixado pelos guerrilheiros nos chamados “trilhos gentílicos” que, previsivelmente, conduziriam as tropas portuguesas a locais de interesse, como acampamentos ou lugares de armazenamento de armas.

Este misto de bravura, sensatez e sensibilidade à particular psicologia dos homens que comandava estendia-se a uma outra dimensão que Spínola depressa percebeu que seria determinante para o sucesso da missão. Os confrontos militares eram apenas uma das vertentes do conflito. Mas tão importante como neutralizar os guerrilheiros era trazer para o lado dos portugueses as populações nativas que, em muitos casos, forneciam um apoio decisivo às forças nacionalistas. O “pagamento generoso” aos guias a que aludiria Otelo não era um ato de esbanjamento dos muitos meios que, é certo, Spínola tinha ao seu dispor. Dito daquela forma, dá-se a entender que o tenente-coronel se limitava a comprar informações, coisa

que qualquer ignorante, com acesso aos mesmos meios, poderia fazer. Mas este tipo de interação, à primeira vista meramente transacional, visava um objetivo menos imediato, menos óbvio, mas de efeitos mais abrangentes e duradouros. Efetuar um “pontual e justo pagamento de todos os serviços prestados pelos nativos, designadamente como carregadores, guias, pisteiros, informadores” era um elemento fundamental da “ação psicossocial”, embora Spínola recorresse sempre à intermediação das autoridades administrativas para que estas também não se sentissem melindradas e desautorizadas pelas forças militares.

Isto resultou numa “sensível melhoria” das relações entre os soldados portugueses e os nativos que, de início, se tinham mostrado bastante desconfiados quando não abertamente hostis ou em colaboração com os guerrilheiros. Esta “ação psicossocial” só alcançaria os seus objetivos alicerçada numa comprovada superioridade militar: tratava-se de um combate em duas frentes, em que a derrota numa implicava a menor eficácia na outra. E o sistema de remuneração dos “colaboradores” tinha o reverso da medalha na punição severa dos que continuassem a apoiar os nacionalistas, num esquema bastante simples de “incentivos” e “castigos”, em que uns e outros tinham de ser exemplares.

Exemplares mas não arbitrários. A experiência direta no terreno abriu os olhos a Spínola para a discriminação e a injustiça de que eram vítimas os negros. Mesmo que não refletisse em princípios gerais, o tenente-coronel percebeu que esse sentimento de injustiça era um obstáculo quase intransponível ao estabelecimento de uma relação de confiança entre os nativos e os portugueses. E se era assim na relação entre nativos e militares não era preciso dar um grande salto

para concluir que o mesmo se aplicava à relação entre povos, entre a metrópole e, como então se designava, a “província ultramarina”. A fronteira entre o efeito da ação psicossocial numa esfera estritamente militar e uma esfera política mais alargada era tão ténue quanto a que dividia o conteúdo militar do político de uma das frases que constam num dos relatórios do Batalhão 345: “O principal fator a considerar para a recuperação social dos nativos reside na permanente aplicação dos seus princípios da equidade e da justiça.”

Pela via militar, que era a sua, António de Spínola aproximava-se de um conjunto de ideias, não só de justiça para com os nativos mas de progressiva autonomia da administração local, que tinham, sobretudo esta última, como grande impulsionador o governador-geral Venâncio Deslandes, antigo colega de Spínola no Colégio Militar. A sua proposta de criação de uma instituição de ensino superior em Angola esbarrou na intransigência do ministro do Ultramar, Adriano Moreira. Mas Deslandes foi ainda mais longe quando, no início de 1962, escreveu a Salazar com a proposta de constituir um governo autónomo de Angola, num modelo federativo de que também fariam parte Portugal e Moçambique. Em setembro desse ano, depois de ser chamado a Lisboa, Venâncio Deslandes foi exonerado pelo Presidente do Conselho.

Spínola só regressaria a Portugal um ano e meio depois, em março de 1964, depois de ter sido enviado juntamente com o seu Batalhão para Sá da Bandeira, no sul. Esta derradeira fase da sua missão em Angola foi a mais tranquila das três, após as provações em Bessa Monteiro e São Salvador. No sul, as tropas estavam encarregues de efetuar patrulhas, detetar ações subversivas, assegurar a integridade das infraestruturas críticas e de continuar com a ação psicossocial junto dos nativos

num quadro em que, todavia, as relações entre os três vértices do triângulo – nativos, colonos/administração e Exército – não eram as melhores. Mas a experiência em Moçâmedes, Huíla, Cuando-Cubango só veio reforçar o que os primeiros tempos de missão em Angola e, em certa medida, as ideias de Venâncio Deslandes tinham ensinado a Spínola: não havia uma solução militar para a guerra no Ultramar.

Angola não foi apenas o que permitiu a Spínola realizar-se profissionalmente, foi, como reconheceria anos mais tarde, a sua grande escola política, e cuja lição sintetizaria assim: “A minha experiência militar, o meu conhecimento da História e a minha experiência no Ultramar ensinaram-me que não havia solução militar para a guerra. A solução não era, pois, vencer movimentos emancipalistas alimentados por forças exteriores aos teatros de guerra... A solução era desenvolver os territórios, promover socialmente as populações e atrair os movimentos emancipalistas para novos quadros políticos que respeitassem a dignidade da pessoa humana e os interesses legítimos e convergentes do Portugal europeu e das províncias ultramarinas.” O homem prestes a completar 54 anos, que atracou no Cais da Rocha do Conde de Óbidos naquela manhã de março, trazia da guerra e do futuro do país ideias muito diferentes daquelas com que partira para Angola.

CONVERSA COM SALAZAR

Os últimos tempos em Angola foram para António de Spínola de balanço e louvores. Em setembro de 1963, em Luanda, recebeu das mãos do Presidente da República, Américo Tomás, a Medalha de Prata de Valor Militar com Palma, que lhe fora atribuída em julho. No final de outubro foi promovido a coronel. Poderia ter regressado de imediato a Lisboa, mas pediu autorização para continuar a comandar o Batalhão 345 até ao final da comissão, em fevereiro do ano seguinte. Os objetivos tinham sido alcançados e o seu nome ganhara estatuto de lenda. Contudo, a guerra estava longe de estar ganha. Pelo contrário. A 23 de janeiro de 1963 abriu-se uma nova frente na Guiné, uma frente mais difícil do que todas as outras e à qual a história de António de Spínola ficaria inextricavelmente ligada.

Regressado a Lisboa em março de 1964, Spínola foi nomeado para a Direção da Arma de Cavalaria e para a chefia do serviço de Preboste, órgão central de direção da Polícia Militar. Em setembro, a guerra eclode em Moçambique, a terceira frente da guerra colonial. Nos anos seguintes, a si-

tuação militar degrada-se significativamente na perspetiva das forças portuguesas. A Guiné é o melhor exemplo das dificuldades sentidas. A estratégia do governador e comandante das Forças Armadas no pequeno, mas muito complicado, território da Guiné, o general Arnaldo Schultz, que fora nomeado em 1964, não resulta. Os guerrilheiros do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), com o apoio da vizinha República da Guiné (Guiné-Conacri), têm a iniciativa total, controlam o terreno e escapam às raras investidas das tropas portuguesas cada vez mais desgastadas e desmotivadas, perdidas num labirinto que não lhes oferece saída.

Tal como no início do conflito em Angola, a dispersão das tropas pelo território em defesa de pequenas guarnições remete os portugueses para a defesa, sem quaisquer ganhos visíveis e com a agravante do impacto no moral das tropas. Só as forças especiais conseguem executar algumas operações com sucesso mas insuficientes, apesar dos relatórios otimistas enviados por Schultz para a metrópole. Perante os dados reveladores de uma debacle iminente, Salazar, na altura com 79 anos e no poder há mais de trinta, é convencido por homens da sua confiança a promover mudanças no sentido de inverter rapidamente o curso da guerra na Guiné. Luiz Supico Pinto, homem próximo do ditador, figura influente do meio político, sugere ao ministro do Ultramar, Silva Cunha, a nomeação de Spínola para governador da Guiné e comandante-chefe das Forças Armadas na província.

O prestígio do brigadeiro, posto a que fora promovido no final de 1966, é inatacável, a sua folha de serviços impressiona, a experiência no terreno em Angola recomenda-o. Mas quando o convite é formalizado, Spínola não deixa de ficar

surpreendido. A primeira coisa de que se lembra é da carta enviada a Salazar em 1961, em que, de forma corajosa, alertava o Presidente do Conselho para os perigos a que o regime se expunha se não promovesse uma “limpeza” política e administrativa, afastando os elementos cuja única valia era a ligação à União Nacional. Muitos anos depois, reafirmou a surpresa que sentiu ao saber do convite, “dadas as críticas que [...] formulara [...], considerando que a estrutura política estava dominada por oportunistas e era necessário rejuvenescer os governantes com nomeações fora do círculo vicioso da União Nacional.”

Fosse por jamais ter riscado o nome de Spínola por causa dessa carta ou porque a situação era de tal forma calamitosa que o obrigava a ignorar agravos passados, Salazar, através do ministro do Ultramar, formalizou o convite. Para Spínola, não se tratava bem de um convite visto que não se sentia em condições de recusar o que considerava ser a maior honra da sua longa carreira militar. Não podia simplesmente dizer não, mesmo que isso implicasse assumir um cargo político, o de governador, que dizia nunca ter ambicionado. Era um homem de convicções – e coragem física e moral, como demonstrado na tal carta de 1961 –, e amadurecera em Angola as suas ideias quanto ao futuro do país e a uma solução para a guerra. Mas esse entendimento abrangente de que uma guerra é muito mais do que um confronto estritamente militar não queria dizer que alimentasse, até aí, ambições políticas. Era apenas mais um dos fatores que o distinguia enquanto militar, o homem que via para além dos aspetos táticos imediatos. E, ainda que quem sugeriu o seu nome não tivesse disso plena consciência, era o que o tornava particularmente apto a assumir essas funções.

No dia 2 de maio de 1968, Spínola foi então convocado para uma audiência com Salazar. Esta data obscura, a que os livros de História não dão a importância atribuída a outras datas e acontecimentos, e este encontro entre estes dois homens muito diferentes moldaram a história do país e tudo o que haveria de acontecer até ao 25 de Abril de 1974 e mesmo depois. Spínola ouviu atentamente a preleção professoral do Presidente do Conselho, que fez questão de explicar “o seu pensamento sobre a questão ultramarina, dando ênfase especial à virtude de “saber esperar, que fundamentava num exemplo da “arte de marinhagem”. Em resumo, Salazar comparava a difícil situação em que Portugal se encontrava no cenário internacional a uma tempestade, “oriunda do Leste”, que era preciso enfrentar com “rumo certo e mão firme”, à espera da “acalmia que inevitavelmente se segue”. Para ser bem-sucedido na afirmação da sua visão política para as colónias, Portugal só tinha de aguentar e esperar que a borrasca soviética se dissipasse. No final, a comunidade internacional acabaria por reconhecer a posição e as pretensões de Portugal. E em nenhuma outra frente de guerra a intensidade da tempestade era tão forte quanto na Guiné. Daí o empenho de Salazar em defender o território, “onde a URSS, no quadro da sua estratégia africana, estava empenhada em fazer o esforço com vista a acelerar um desfecho favorável, de que muito viriam a beneficiar os processos subversivos de Angola e de Moçambique.”

Para Portugal, a importância da Guiné – económica, social e cultural – não era comparável à das duas maiores colónias, mas todos tinham consciência de que uma derrota inapelável das forças portuguesas ali seria a queda da primeira peça do dominó que arrastaria de seguida todas as outras. Apesar

desta leitura, com a qual, em traços gerais, Spínola concordava, a avaliação que Salazar fazia das “potencialidades humanas da África negra” parecia ao brigadeiro bastante precária, devido a “um imperfeito conhecimento do substrato africano”. Embora tivesse em conta o apoio que União Soviética prestava às forças independentistas, Salazar não o valorizava devidamente, o que o levava a supor uma falsa relação de forças, “numa constante subestimação do valor das guerrilhas em comparação com o das nossas forças, cujo potencial sobrevalorizava.”

É possível que, ao ouvir Salazar perorar sobre uma realidade que desconhecia – nunca, durante os longos anos em que esteve no poder, visitou as colónias –, Spínola tenha ficado preocupado com a dimensão da tarefa que o aguardava. Por outro lado, o desconhecimento revelado pelo líder todo-poderoso quanto à realidade no terreno e até às características dos povos que Portugal então dominava, pode ter inspirado o brigadeiro. O grande desafio era expor a sua visão, baseada na experiência acumulada em Angola, quer em combate, quer no contacto com as populações nativas, os colonos e a administração, e mostrar a Salazar o quanto este estava enganado sem o afrontar.

Como num jogo de xadrez em que cada jogada tem de ser criteriosamente pensada antes de se movimentar a peça, Spínola perguntou a Salazar se desejava ouvir que ele pensava ou se queria apenas ouvir o que lhe agradaria. No livro *País sem Rumo*, publicado em 1978, Spínola recordava o episódio, reconstituindo o que disse a Salazar com base nos apontamentos que preparara para a entrevista e nas notas que tomou ao longo da mesma. Apesar de, por princípio, não admitir a possibilidade de recusar o convite, Spínola preparou

na prática uma série de condições a apresentar a Salazar para poder assumir as suas funções, num atitude que terá deixado atónito o ministro do Ultramar.

Desde logo, socorreu-se do seu principal trunfo: ele, que sempre se identificara com o pensamento de Salazar sobre a presença portuguesa em África, tinha estado mesmo lá, a combater no mato, a liderar homens, a defender a nação. Tudo isto enquanto voluntário. Esse primeiro contacto com a realidade africana fizera-o refletir “profundamente sobre a viabilidade de salvaguardar a ‘unidade nacional’ sem se rever o nosso conceito de permanência em África.” Com este primeiro movimento, Spínola tratou de não hostilizar Salazar. De seguida, explicou, sempre ancorado na sua experiência mas alargando os argumentos à esfera teórica e às “modernas tendências do direito internacional”, que era impossível Portugal apresentar-se ao mundo como Estado-Nação sem desvirtuar “a definição política de Nação.” A heterogeneidade e a descontinuidade do espaço português assim o determinavam. Como tal, com mais ou menos tempestades de Leste, com esta ou aquela evolução do Ocidente, a soberania sobre os territórios ultramarinos “jamais deixaria de ser contestada ou, mesmo, até juridicamente negada.” Portanto, ou Portugal se aproximava de um conceito de “Nação Pluriestatal”, que exigia a adesão plena e livre dos “estados-membros” que a viessem integrar ou teria de continuar a impor o seu domínio pelas armas.

Em síntese, nesta primeira explanação já estava o essencial do pensamento político de Spínola sobre a questão colonial e que viria a ficar cada vez mais nítido nos anos seguintes: não havia uma solução militar para a guerra colonial. Nenhuma pretensa unidade do espaço português poderia ser imposta

pelas armas. Teria de resultar “da força da coesão emergente do reconhecimento das vantagens da união sobre os inconvenientes do separatismo”. Às Forças Armadas competiria “garantir o espaço e o tempo necessários para que este processo de concretizasse”.

Não é um exagero ler nas palavras de Spínola o momento em que o político se sobrepôs ao militar. O seu pensamento sobre a questão colonial não nasceu espontaneamente no dia em que se reuniu com Salazar, era fruto de uma reflexão profunda. Mas foi nesse dia que se manifestou de forma decisiva e com consequências porque, até então, quaisquer que fossem as suas ideias sobre o destino das colónias, elas eram politicamente, e na prática, irrelevantes. O homem que as acalentava era um militar respeitado mas a sua influência política era nula. Agora entrava numa outra fase. A partir do momento em que assumisse responsabilidades políticas, as suas ideias não seriam inócuas. E ele sabia o perigo que poderiam comportar se exercesse as suas funções procurando aplicá-las. Porque, ainda que as escorasse com a proteção da sua experiência e do conhecimento direto, as ideias de Spínola acerca do futuro dos territórios ultramarinos não tinham sido inventadas por ele.

Tinha sido em Luanda que assistira “pela primeira vez”, escreve o biógrafo de Spínola, Luís Nuno Rodrigues, “a uma contestação direta à forma como a Metrópole governava as colónias.” O general Venâncio Deslandes defendera, na qualidade de governador de Angola, “um modelo alternativo que passava pela concessão de uma maior autonomia de governo aos territórios ultramarinos e, eventualmente, pela criação de um Estado federal que agrupasse Portugal, Angola e Moçambique.” Não negando a António de Spínola um pensa-

mento próprio sobre a questão colonial, era evidente que as suas ideias não resultavam apenas do processamento das sensações empíricas. Ele testemunhara a defesa dessas ideias por alguém que tinha em elevada consideração e testemunhara igualmente as consequências que sobre ele se tinham abatido.

Aliás, ainda em Angola, Spínola fizera questão de demonstrar a sua solidariedade a Deslandes, após a exoneração deste, numa carta que lhe enviou e em que manifestou indignação pela forma como fora afastado e as possíveis consequências nefastas no campo militar e político. Quanto a ideias para os territórios ultramarinos divergentes da doutrina e da prática do regime, o próprio Marcello Caetano, o delfim de Salazar, fora favorável, inicialmente, a uma solução federalista em moldes semelhantes ao que Spínola agora apresentava a Salazar. Mas também ele tinha recuado e, para desilusão de Spínola, haveria de recuar ainda mais quando, poucos meses depois daquela entrevista, assumiu a Presidência do Conselho.

Sabendo desses riscos, Spínola disse de forma clara a Salazar que a revolução social que se impunha realizar na Guiné não seria aceite de ânimo leve por interesses estabelecidos e uma retaguarda incapaz de compreender o seu alcance e que rapidamente o acusariam de defender “ideias progressistas e antinacionais”. No fundo, o que lhe pedia era as condições políticas e de confiança pessoal para implementar as suas ideias na Guiné.

Naquela altura, a Guiné era o teatro de operações mais complicado para as Forças Armadas portuguesas e uma colónia bastante atrasada no desenvolvimento em comparação com Angola e Moçambique. Mas estas aparentes desvantagens tornavam-na o laboratório ideal para experimentar

uma solução que, a ser bem-sucedida, estabeleceria o padrão que posteriormente se alargaria às restantes colónias. Era a mesma ideia da primeira peça do dominó mas com a lógica invertida, a base de uma nova abordagem política e militar. A pressão dos interesses estabelecidos e da retaguarda metropolitana também seria menor sobre o governador da Guiné.

Além disso, aquilo que havia por fazer em termos das condições de vida das populações era tanto que qualquer mudança ou avanço teriam um impacto muito maior ali do que teriam nas colónias mais desenvolvidas. Porém, quando terminou a audiência com Salazar, Spínola ainda não o sabia. Podia ter uma intuição, mas ainda lhe faltava o que ele, enquanto militar e homem de ação, tanto prezava: o conhecimento profundo da realidade no terreno. Por isso, tão surpreendente quanto o convite inicial foram para si as palavras com que Salazar deu por finda a entrevista: “É urgente que embarque para a Guiné.”

SITUAÇÃO CRÍTICA

Surpreendido ou não com a resposta de Salazar, como bom militar que era, Spínola preparara-se devidamente para uma audiência que era muito mais do que uma mera entrevista de emprego. A forma como se se apresentasse e as questões que levasse para a conversa seriam determinantes para criar as condições de desempenho dos cargos na Guiné. E a primeira conclusão a tirar, patente na resposta de Salazar, era que Spínola tinha conseguido conquistar uma margem de manobra política significativa.

As lições do militar experimentado – como a de perceber a importância das condições prévias para um bom desempenho no terreno – serviram na perfeição ao político a ensaiar os primeiros passos. Nas suas memórias sobre esses tempos, Otelo Saraiva de Carvalho atribuiria essas negociações hábeis de Spínola às suas indisfarçáveis ambições políticas: estaria, desde então, a apontar à Presidência da República, “disposto a tirar dessa nova e honrosa comissão” na Guiné “o maior lustre possível”. Para Otelo, “a ambição [era] um cavalo selvagem que [Spínola] mal consegue dominar. Sabe o que quer e para onde vai.” Se sabia, ainda demorou a chegar lá.

A 20 de maio de 1968, aos 58 anos, António de Spínola tomou posse como governador-geral e comandante-chefe das Forças Armadas da Província Ultramarina da Guiné. Quatro dias depois, a 24 de maio, uma sexta-feira, chegou a Bissau num avião dos Transportes Aéreos Portugueses, apresentando-se com uma imaculada farda branca e os acessórios que o distinguiam: o pingalim, as luvas também elas brancas e o monóculo. O avião aterrou às nove horas da manhã e Spínola foi cumprimentado pelas mais altas individualidades da província, como o encarregado do governo, Dr. Marques Palmeirim, o comandante-chefe interino das Forças Armadas e o prefeito apostólico.

Não faltou ninguém importante à chegada do brigadeiro e também a população foi mobilizada para a receção a Spínola, numa cerimónia em que se exibiram dísticos patrióticos. As bandeiras nacionais coloriram o cenário e os batuques tradicionais marcaram o ambiente. Spínola passou revista às tropas em parada e assistiu ao desfile da guarda de honra. Seguiu-se um cortejo automóvel em direcção a Bissau, tendo à frente um grupo de batedores da PSP. Foi uma chegada em grande. No mesmo dia, 24 de maio, a imprensa de Lisboa dava conta de um comunicado do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas a informar da morte em combate na província da Guiné de cinco soldados, três deles oriundos da metrópole e dois nativos. E esse pequeno apontamento dizia mais sobre a situação militar na Guiné do que a entusiástica e solene receção ao novo governador.

A situação era, de facto, crítica. Pior do que a que Spínola encontrara em Angola sete anos antes. As forças do PAIGC estavam muito bem organizadas e apetrechadas e tinham a iniciativa total. Mesmo antes de embarcar para a Guiné,

Spínola sabia que o cenário ainda poderia piorar. Possuía informações de que a União Soviética se aprestava a fornecer aviões ao movimento de libertação e temia que um ataque aéreo sobre as forças portuguesas ocasionasse uma “repentina desmoralização” das mesmas. Para fazer face a essa eventual ameaça cujas consequências poderiam ser catastróficas, solicitou a transferência da defesa antiaérea móvel da metrópole para a Guiné. Naturalmente, como assumiu anos depois, o primeiro objetivo foi o de reduzir drasticamente a capacidade militar do PAIGC.

Entre as várias razões que encontrava para o cenário militar desanimador, algumas das quais radicavam em problemas de âmbito social e até da própria topografia intrincada da província, Spínola não tinha dúvidas de que a estratégia do seu antecessor, o general Arnaldo Schultz, e a qualidade dos oficiais explicavam em parte a situação defensiva e de quase completa inércia das tropas portuguesas. Pelo menos esses eram dois problemas que poderiam ser resolvidos de forma célere, embora a resolução exigisse reforço dos meios e cobertura política das decisões. Bastava mudar a estratégia e substituir os oficiais – pondo-lhes o “par de patins” que ficaria famoso – que Spínola achasse não terem o perfil adequado para a nova fase que se iria iniciar. Isso requeria que o comandante-chefe gozasse de uma grande latitude nos seus poderes.

Arnaldo Schultz optara por um “dispositivo militar clássico, que consistia basicamente na dispersão das tropas no terreno.” Pretendia, assim, ocupar “todo o território à custa do sacrifício de pequenas guarnições colocadas em dezenas de postos” para dessa forma “controlar ou impedir a progressão da guerrilha”. Spínola, ciente do apoio internacional cada vez

maior que chegava às forças do PAIGC, partira para a Guiné conhecedor de que aquela era uma estratégia sem viabilidade e que punha Portugal à beira de uma derrota militar catastrófica. A solução por ele delineada era a de tornar simétricas as duas forças em confronto: “E é nessa base que concebe um dispositivo militar idêntico ao do PAIGC, de maneira a encaixá-lo no sistema de ataque e defesa do movimento.” A concentração de tropas, ao contrário da dispersão, robustecia os pontos de defesa. Abdicando de estar em todo o lado, Spínola definia onde era fundamental estar.

Para que a estratégia resultasse precisava de ter tropas altamente moralizadas e dispostas a aderir convictamente ao seu plano. Desde logo era necessário atualizar a remuneração dos militares na Guiné e pô-la ao nível da dos combatentes nas outras colónias. Era difícil explicar-lhes, quanto mais motivá-los, que, destacados para a frente de guerra em que as condições de combate eram mais difíceis, não ganhavam o mesmo que os outros. Ao mesmo tempo, Spínola exigira ter total liberdade para escolher a sua equipa, os oficiais que teria sob as suas ordens, sem se ver limitado pelas nomeações de “escala” e pelo limite de tempo das comissões. Foi assim que escolheu homens da sua mais absoluta confiança e que tinham feito parte do “glorioso” Batalhão 345 em Angola: Rui Monteiro Pereira, Henrique Godinho e João Almeida Bruno.

Este último viria a ser o ajudante-de-campo e autêntico braço direito de Spínola na Guiné. A estes juntaram-se outros oficiais escolhidos a dedo com atenção a dois fatores, serem ex-alunos do Colégio Militar e oficiais de Cavalaria. Foram vários os militares que cumpriam estes requisitos e dos quais Spínola se fez rodear para a missão na Guiné: Pedro Cardoso, Matos Guerra, Alves Ribeiro, Carlos de Moraes, Almeida

Brito, entre outros. Também foram escolhidos outros que não cumpriam os critérios da formação no Colégio Militar nem da Arma de Cavalaria, mas cuja competência era indesejável. Um destes, já numa fase posterior, foi o capitão Otelo, que chegou à Guiné para a última das suas comissões nas colónias em setembro de 1970. Reconheceu que Spínola selecionava, “muito criteriosamente, os seus colaboradores”. O critério e o rigor na seleção faziam com que os escolhidos sentissem a nomeação pelo *Velho*, como era conhecido entre os homens, como uma honra.

Mas essa honra era acompanhada da já lendária exigência do brigadeiro, que remontava aos tempos do Batalhão 345 e até antes disso, no 4.º Esquadrão de Cavalaria ou no Regimento de Lanceiros 2. A rotina diária de Spínola em Bissau começava ainda de madrugada no Palácio do Governador. Ao início da manhã visitava o Hospital Militar, para se inteirar do estado dos feridos e os encorajar. Não eram meras visitas de cortesia para animar quem poucos motivos de ânimo tinha. Dessa forma, via com os próprios olhos as condições de trabalho do pessoal médico. Apesar de ser tão exigente com os médicos como era com os seus homens, o conhecimento direto tornava-o sensível às queixas dos clínicos acerca da falta de condições para tratar os feridos mais graves e emprestava legitimidade às reivindicações do próprio Spínola quando tivesse de reclamar o reforço de meios para a província.

Saído do hospital, seguia de imediato para a base de Bissalanca, nos arredores de Bissau e onde aterrara no dia 24 de maio, para realizar, de helicóptero, visitas-surpresa às frentes de combate. A ideia era ver até que ponto os comandantes dos batalhões conheciam a área onde estavam situados ou se

se limitavam a permanecer nos quartelamentos a rechazar eventuais ataques da guerrilha. Tal como acontecera em Angola, aqueles que demonstravam um conhecimento insuficiente do terreno eram rapidamente afastados, não sem antes apavorá-los, como no caso em que, inesperadamente, largou um tenente-coronel na zona de ação, com o intuito de que esse terror a que eram sujeitos fizesse circular mais depressa a notícia da dureza do comandante-chefe.

Até Otelo, que viria a ser um dos seus maiores adversários políticos, reconhecia as qualidades ímpares de liderança de Spínola, que pôde testemunhar de perto nos três anos que passou na Guiné: “Dotado de invulgar resistência e capacidade de trabalho, deitava-se tarde e levantava-se cedo, cumprindo quotidianamente um apertado programa. [...] Deslocava-se ao Hospital Militar para uma visita aos internados. E conhecia os seus nomes e os seus males, interessava-se pela evolução dos casos clínicos, interpelava os médicos e as enfermeiras com agressividade sobre a assistência prestada aos doentes ou feridos em combate. [...] De tarde, trajando impecavelmente à civil, recebia, como governador, todos aqueles a que tinha sido marcada entrevista antecipada.”

Navegando entre o autoritarismo e um escrupuloso sentido do dever e das regras, Spínola exercia o seu poder, despertando em todos os que com ele contactavam sentimentos extremos, da admiração à repulsa. Otelo, por exemplo, admirava-lhe as qualidades militares mas “não o respeitava como homem”. Mesmo como chefe militar, achava o seu superior demasiado vaidoso, com métodos que, por muito eficazes que fossem, inspiravam nos homens sob o seu comando, mais do que respeito ou admiração, ansiedade e medo: “Os pobres homens viviam no temor permanente de que o

helicóptero ou o avião transportando o *Velho*, de camuflado, monóculo, luvas e pingalim, e os seus acompanhantes do Comando-Chefe, aterrasse na pista da localidade para uma visita inopinada [...]. Spínola irradiara já, por atribuída incompetência, alguns oficiais superiores e capitães das suas funções de comando, mandando passar-lhes guia de marcha perante formatura da unidade que o oficial abandonava. Isto, de certo modo, equivalia à morte militar do oficial atingido.”

Para Spínola, esses eram danos colaterais necessários para impor a disciplina indispensável ao sucesso das operações que desbaratassem o inimigo e reconquistassem a iniciativa para o lado dos portugueses. E esse lado impiedoso do comandante continuava a ser acompanhado, uma vez mais tal como em Angola, pelo exemplo que dava enquanto líder. Participar nas operações, ir ao terreno, não era apenas importante para que conhecesse em primeira mão a realidade. Enquanto comandante-chefe podia simplesmente limitar-se a encarregar os seus subordinados de lhe disponibilizarem essa informação e depois tomar as suas decisões, tranquilamente sentado no Palácio do Governador.

Porém, Spínola conhecia bem o efeito psicológico sobre as tropas da presença física do chefe, ainda para mais ocupando ele o cargo de governador-geral, ou seja, sendo também o mais alto responsável político na província. Nada funcionava melhor do que castigar sem remorsos e liderar pelo exemplo. Esse exemplo, por si só, não seria suficiente para mudar o rumo dos acontecimentos. E não suscitava apenas admiração. Havia quem reprovasse a “ vaidade que exibia com uma solenidade patética ” e a “ maneira austera como dirigia os soldados que se batiam ao acaso da sorte e do medo ”. Era preciso coordenar e comandar as Forças Armadas de maneira

diferente do que até aí tinha sido feito. Desde logo, Spínola aprovou uma série de alterações operacionais para aumentar a eficácia das ações das tropas portuguesas. As características de uma guerra contra-subversiva obrigavam a táticas e cuidados que uma guerra convencional dispensava. A falta de noção sobre o tipo de combate que se estava a travar, e que fazia com que as companhias incorressem em erros básicos, já tinha tido grandes custos humanos e materiais para Portugal.

Por essa razão, e de acordo com a ideia de ser necessário “espelhar” a distribuição e movimentação das forças inimigas, Spínola optou pela formação de pequenas unidades muito agressivas, com bastante poder de fogo, mas também com grande flexibilidade e capacidade de deslocação que não fossem alvos fáceis para os guerrilheiros. Dadas as particularidades do terreno, estas operações requeriam homens devidamente ambientados às condições topográficas e climáticas da Guiné. Nesse sentido, Spínola fez pressão para que houvesse um período de instrução de forma que a operacionalidade e eficácia das tropas não fosse prejudicada pelas rendições.

Apostou igualmente no recrutamento e treino de tropas africanas no sentido de “africanizar” a guerra, como ficou expresso numa diretiva do brigadeiro nos primeiros tempos na Guiné: “As unidades da Força Africana não são meras formações do tipo ‘carne para canhão’, mas constituem o embrião de forças guineenses que devem preparar-se para assumir responsabilidades cada vez maiores na defesa do território.” Esta decisão resultava de uma visão alargada do conflito, numa fusão de estratégia militar com ação psicossocial. Já não era apenas uma estratégia básica de recompensa genero-

sa dos nativos que colaboravam com as forças portuguesas, como acontecera em Angola, mas almejava a criação de uma base sobre a qual, num futuro não muito longínquo, pudesse assentar a progressiva autonomia da província.

A decisão de criar forças especiais exclusivamente compostas por africanos funcionava em vários planos. No político-ideológico servia para mostrar que esta não era uma guerra racial, que opunha pretos e brancos, era uma guerra entre portugueses – europeus e africanos – e “traidores”. Além disso, a “africanização” do conflito não o legitimava apenas aos olhos dos portugueses da Guiné mas aos olhos dos portugueses da Metrópole, que podiam finalmente ver a guerra como um esforço coletivo de uma nação plural e não o atoleiro africano para onde os seus filhos eram enviados sem que compreendessem bem porquê.

No plano militar, era uma opção inquestionável: os soldados nativos não tinham de ser transportados da metrópole, com todos os custos associados a operações logísticas de grande envergadura, não precisavam de se adaptar ao clima, conheciam o terreno melhor do que ninguém, tinham maior facilidade em comunicar com as populações e resolviam em parte o problema crónico da falta de pessoal. Em resultado dessa orientação, em cinco anos, entre 1968 e 1973, o número de africanos nas Forças Armadas em combate na Guiné duplicou.

Contudo, o recrutamento de tropas africanas não era sequer o fator decisivo na chamada “ação psicossocial”, embora o efeito persuasor sobre as populações de verem os seus conterrâneos combater ao lado dos portugueses e pela bandeira nacional não fosse negligenciável. Essa era, no entanto, uma ação de cariz militar, mesmo que de efeito mais abrangente.

As medidas políticas e sociais para fomentar o desenvolvimento da Guiné, quer ao nível das infraestruturas básicas, quer ao nível do aproveitamento do capital humano, eram o verdadeiro cerne de uma estratégia que exigia do governo central um enorme investimento. Mas não podia ser de outro modo.

Spínola tinha consciência, desde os tempos de Angola, que a chamada Guerra do Ultramar era um conflito político-ideológico que impunha a “recuperação social” dos nativos. Não era combater propaganda com propaganda, panfletos com panfletos, retórica com retórica. O PAIGC não precisava de forçar a nota na propaganda. As condições de vida das populações bastavam para as convencer da injustiça do domínio português. Para que os guineenses não vissem os portugueses como inimigos, as Forças Armadas deviam começar por assumir um comportamento exemplar nos contactos com os nativos.

Desde o início da guerra, já para não falar antes disso, os atos de violência gratuita, injustificada e, muitas vezes, brutal, eram recorrentes. Para se estabelecer uma base mínima de confiança entre as partes, as tropas tinham de agir com contenção e respeito pela dignidade humana. Se não era possível ganhar a guerra, ao menos que se conseguisse cativar as populações que, ainda por cima, convinha que colaborassem nos processos de reordenamento. Tal como noutros cenários e noutros conflitos, a dispersão das pessoas pelo território era um pesadelo para as tropas portuguesas. Com a concentração e reordenamento de comunidades ofereciam-se melhores condições de habitação e, ao mesmo tempo, facilitava-se a tarefa de as defender, tornando-as menos vulneráveis às investidas e manobras do PAIGC. Mas para que fossem

coroados de sucesso, esses reordenamentos não podiam ser determinados militarmente, mas politicamente. O político Spínola sobrepunha-se ao militar quando dava às populações a possibilidade de escolherem o local dos reordenamentos. Era demonstrativo da sua inegável habilidade política e do seu *staff*.

Antes mesmo da implementação de alterações mais profundas, o anúncio de uma nova política e a mudança de estratégia militar do novo governador e comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné surtiram efeito imediato. No final desse ano de 1968, apesar de o PAIGC dominar mais de 50% do território, os portugueses controlavam os centros urbanos e a totalidade dos postos administrativos. Quando Spínola visitou a metrópole em novembro, as perspectivas eram animadoras, dentro do quadro cauteloso que o governador tinha elaborado. Ainda havia muito por fazer, mas as inesperadas circunstâncias políticas que se tinham formado autorizavam um otimismo moderado.

Em agosto, Salazar tinha caído da cadeira e, severamente debilitado, fora substituído por Marcello Caetano na Presidência do Conselho no mês de setembro. Spínola não se queixara da falta de receptividade de Salazar às suas ideias mas acreditava, como, aliás, grande parte do país, numa transformação paulatina do regime. No que a Spínola interessava, significaria uma abertura às suas teses federalistas para o futuro da África portuguesa e um apoio total à sua política para a Guiné. O slogan de Marcello Caetano – “renovação na continuidade” – era uma melodia para os ouvidos de Spínola.

De partida para Bissau após a visita a Lisboa, depois de se reunir pela primeira vez com Marcello Caetano, Spínola fez uma súmula dos seus objetivos e do que esperava do governo

central – ou do que supostamente lhe fora assegurado – para dessa forma pôr pressão sobre os responsáveis políticos que, a uma confortável distância de salvaguarda, tomavam as decisões que interferiam com os planos do brigadeiro: “Na presente conjuntura da vida nacional é indispensável que todos os portugueses tomem consciência da interdependência das duas frentes e adquiram o sentido da extensão de toda a sua responsabilidade para com a Pátria, reconhecendo o imperativo de uma participação efetiva no esforço de defesa do nosso Ultramar. Não faz sentido que a uns se exija tudo até ao limite da própria vida e que outros continuem a viver em clima de cómodo alheamento. A Nação tem de viver a Guerra do Ultramar na sua real intensidade. [...] Regresso a Bissau completamente integrado no pensamento do governo central e com o apoio correspondente a autorizada palavra de ordem ontem claramente expressa pelo senhor Presidente do Conselho quanto ao problema da Guiné. Palavra de ordem já concretizada através dos respetivos ministérios em oportunas e adequadas decisões que nos permitem reforçar o dispositivo de defesa da província e acelerar o ritmo da sua progressão económico-social.”

O ritmo do progresso económico e social da Guiné acelerou, ou seja, deixou de estar parado. Mas os anos até ao fim da missão não seriam fáceis. Se, por um lado, Spínola acabou por chegar a um momento em que julgava que as Forças Armadas tinham cumprido a missão que lhes fora confiada, por outro, esse objetivo fora alcançado com muito derramamento de sangue, vitórias fugazes, fracassos traumáticos e desilusões. E nenhuma maior do que a causada pelo Presidente do Conselho, Marcello Caetano.

GUINÉ: SEGUNDO ATO

Na última entrevista que deu, Spínola recordou os primeiros tempos do marcelismo e de como as nuvens rapidamente se sobrepuseram aos tímidos raios de sol que se anunciavam: “[viu a abertura política de Marcello Caetano] como um momento de esperança, dando-lhe sempre o meu apoio para soluções de abertura, o que se traduziu, na Guiné, pela ação de conquista das populações para uma solução portuguesa de solidariedade, associada a uma autonomia progressiva. O prof. Marcello Caetano sabia que o apoiaria nas mudanças políticas nacionais que conduzissem a esse objetivo, o qual determinava uma abertura democrática... infelizmente, pressionado por uma retaguarda já completamente ultrapassada, não conseguiu vencer as suas próprias hesitações.”

Spínola não sofria do mesmo mal. Habitua-se a negociar, e a tentar negociar em condições que lhe fossem vantajosas, mas tinha ideias claras e convicções fortes sobre o território que governava, embora ciente dos graves problemas que en-

frentava e que teve oportunidade de partilhar com Marcello Caetano num dia histórico para a nação. A 14 de abril de 1969, um chefe do governo português visitava, pela primeira vez, o Ultramar. Nesse dia, Marcello Caetano iniciou na Guiné um périplo que o levaria às três principais colónias. Acompanhado pela filha, Ana Maria Caetano, o Presidente do Conselho teve o mesmo tipo de receção que acolhera, um ano antes, o então recém-nomeado governador: bandas musicais, representantes de todas as etnias da Guiné, milhares de bandeiras de Portugal distribuídas pela população dias antes e cortejo automóvel pelas principais artérias da capital.

A visita foi breve – no dia seguinte Marcello Caetano seguiu para Luanda – mas marcante, sobretudo pela reunião extraordinária de comandos na qual o governador e comandante-chefe das Forças Armadas pintou um retrato muito negativo da situação, salientando a necessidade do reforço imediato de meios e de homens. Caetano que não se deixasse enganar pelas boas novas do sucesso de algumas missões: o PAIGC continuava a manter a iniciativa e, se não se invertesse rapidamente a situação no plano militar, os esforços já realizados na esfera social e económica seriam em vão porque não haveria retorno. Venâncio Deslandes, então Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, interveio, sublinhando que alguns dos pedidos que Spínola fizera meses antes já tinham tido resposta. O Presidente do Conselho questionou o brigadeiro sobre a utilização de “pessoal africano”. Coerente com a sua ideia de uma utilização racional de forças africanas, que não queria que fossem apenas “carne para canhão”, Spínola afirmou que também esses homens precisavam de instrução e equipamento. Não bastava recrutar, era preciso investir.

Quase um mês depois, os dois homens voltaram a reunir-se, desta vez em Lisboa. Spínola insistia em traçar um cenário negro, alertando para as insuficiências da “retaguarda” e a exigência desproporcional feita aos militares que combatiam pela nação sem que lhes fossem dados os meios adequados. O resultado era o descontentamento generalizado de uma “nova geração” de oficiais que se sentiam desamparados pelas chefias e por uma estrutura incapaz de compreender a magnitude do que lhes era pedido. Marcello Caetano ouviu Spínola e anuiu: a nova geração de militares tinha razão para estar descontente e era preciso concentrar esforços na defesa da Guiné, deixando em segundo plano Angola e Moçambique. Para Spínola, a reação de Marcello Caetano foi um bálsamo. A estratégia de traçar um cenário muitíssimo negativo resultara em pleno. Tinha o apoio do homem mais poderoso do regime.

Mas, fosse por hesitações pessoais, pela limitação crítica de meios ou pela força da inércia de uma “retaguarda” política ancilosada, e de que Spínola sempre se queixou, Marcello Caetano nunca conseguiu efetivamente dar todo o apoio e responder a todas as solicitações do governador. O governo central era lento a responder e, quando respondia, nunca era de forma a satisfazer todas as reivindicações de Spínola. Assim, cada novo encontro entre os dois era mais uma oportunidade para Spínola, entretanto promovido à categoria de general, em julho de 1969, lembrar a Caetano que, se nada mudasse, se caminhava para um desfecho inglório, potencialmente catastrófico, na Guiné e cujas consequências atingiriam seguidamente as restantes províncias.

Entretanto, prosseguiram as operações militares concebidas para enfraquecer a guerrilha do PAIGC e que se sucediam

praticamente desde a chegada de Spínola. Mesmo quando não eram um sucesso em toda a linha – como a *Operação Vulcano* que, em março de 1969, apontava para a destruição das baterias antiaéreas do PAIGC, que causavam estragos à aviação portuguesa, ou, em novembro do mesmo ano, a *Operação Jove*, cujo objetivo era a captura do já então lendário comandante da guerrilha no sul da Guiné, Bernardo “Nino” Vieira –, essas operações mostravam que as tropas portuguesas já não se limitavam a defender as suas posições, reféns nos seus aquartelamentos.

Em agosto de 1969, Spínola centra o combate à guerrilha no “chão Manjaco”, no noroeste da província. A recuperação da iniciativa militar a par da “ação psicossocial” junto das populações leva à rendição de vários guerrilheiros. É uma porta aberta que não pode ser desaproveitada. Quanto mais combatentes se renderem, mais se enfraquece o inimigo e maior é o efeito no moral dos que continuam a empunhar armas. Spínola aponta para a rendição dos chefes da guerrilha – é sempre mais eficaz cortar a cabeça da serpente – a quem promete, com a devida autorização do governo central, a integração na administração no Exército português e na administração pública. O general sabe que um espírito vingativo e a força bruta são instrumentos inúteis para alcançar os objetivos.

A libertação do presidente do Comité Central do PAIGC, Rafael Barbosa, em agosto de 1969, após mais de sete anos de prisão, inseria-se nesta estratégia de boa vontade. Porém, a aposta na subtileza diplomática, na difícil arte de negociação em tempos de guerra, fez com que Spínola subestimasse a brutalidade do conflito e a motivação dos guerrilheiros. A 20 de abril de 1970, os três majores e o alferes encarregues de negociar a rendição dos chefes de guerrilha são mortos à

catanada pelas forças do PAIGC, numa emboscada perto do quartel de Jolmete, no norte da província. Spínola cancelara na véspera a sua participação na reunião.

As mortes dos majores Raul Passos Ramos, Joaquim Pereira da Silva e Alberto Magalhães Osório e do alferes Joaquim Mosca, além dos guias guineenses que os acompanhavam, deixam em choque as tropas portuguesas. Com esta ação de enorme violência e simbolismo, o PAIGC quis, e conseguiu, passar uma mensagem interna, para quem dentro do partido ponderava a rendição ou a negociação com o inimigo, e externa, para as forças portuguesas, em particular para o seu chefe, António de Spínola. A perda de oficiais tão qualificados e respeitados dentro do Exército, sobretudo naquelas circunstâncias e com aquela violência, abalou Spínola, mas não o desviou do caminho que traçara.

Spínola entendia que a guerra não podia ser ganha no campo de batalha, mas podia ser perdida no campo de batalha. Como tal, os sucessos militares serviam apenas para ganhar tempo e margem de manobra para chegar ao momento de definir o futuro da colónia nas melhores condições negociais possíveis e para, entretanto, aplicar as medidas de melhoria das condições de vida das populações. Todos os reveses militares só reforçavam a urgência da aplicação dessa estratégia unificada sob o lema “Por Uma Guiné Melhor” – título do livro que publicou em 1970. Além do investimento em infraestruturas, no desenvolvimento do ensino e da incorporação de tropas africanas, a “Guiné Melhor” preconizada por Spínola teve nos Congressos do Povo, realizados a partir daquele ano, um dos seus expoentes.

Nestes congressos reuniam-se representantes das várias etnias guineenses de acordo com a estratégia spinolista de

promover a participação dos autóctones na administração da província. O maior tributo à importância dos Congressos do Povo vinha dos que se lhes opunham com os argumentos de que eram meramente consultivos, de que, ao aplicarem critérios étnicos, fomentavam a divisão entre os guineenses e de apresentarem as autoridades portuguesas como o fator essencial de estabilidade social do território. Como esses eram precisamente os objetivos políticos de António de Spínola – ouvir o povo sem ter de acatar os seus conselhos e aproveitar as divisões étnicas para sublinhar as vantagens de uma autoridade acima dessa luta de interesses particulares e irreconciliáveis –, é forçoso reconhecer a inteligência e eficácia da jogada.

Esse aproveitamento está patente no discurso que Spínola profere no Congresso do Povo de 1972: “O governo sabe que o PAIGC foi recrutar os seus primeiros elementos na etnia balanta. Ainda hoje, a etnia balanta continua a fornecer ao PAIGC a maioria dos seus combatentes. Mas os balantas sabem que o governo está a concretizar na Guiné todos os ideais por que se bateu o PAIGC. Grande parte de vós continua a manter contactos com o PAIGC. Alguns aqui presentes continuam a trair o governo contactando e ajudando o inimigo. Mas o governo não quer obrigar ninguém, muito menos a raça balanta, a escolher o caminho. Vocês já tiveram a oportunidade de verificar de que lado está a justiça, e a felicidade da raça balanta. [...] Como o balanta, o mandinga foi daqueles que primeiro aderiram à guerra, porque era das etnias mais sacrificadas [...] Nós tínhamos criado as condições ideais de subversão e eles aderiram mesmo ao PAIGC, sobretudo os balantas e mandingas, que estavam a ser duplamente explorados. O resto são cantigas.”

Repare-se no pormenor de assunção de culpa em nome das autoridades portuguesas: “nós tínhamos criados as condições ideais de subversão”. Este discurso era tão arrojado no quadro do colonialismo português quanto a instituição dos Congressos do Povo aos quais, em retrospectiva, nem Otelo lhe pôde negar os méritos: “com todas as suas profundas limitações e a falta de autenticidade de que uma operação psicológica daquele tipo obviamente enfermava, os Congressos do Povo constituíram, para mim, uma experiência emocionante e válida quanto à possibilidade de diálogo com as populações através dos seus representantes mais legítimos.” A falta de autenticidade era opinião de Otelo. É claro que Spínola não tinha planos de instaurar uma democracia representativa na Guiné e que não ignorava o potencial cénico e simbólico da realização dos congressos, mas isso não significa que estes se reduzissem a um cerimonial oco, meramente formal. Numa entrevista dada à Emissora Nacional em dezembro de 1971, o agora general era categórico: “muitas pessoas subestimam o papel das autoridades tradicionais no enquadramento das populações africanas. A meu ver, um dos erros graves cometidos na África foi a europeização das estruturas administrativas com o menosprezo dos valores das estruturas tradicionais da que resultou a fragilidade do poder político da maioria dos governos africanos.” Um erro que não podia ser revertido.

Ao mesmo tempo que prosseguia os seus planos políticos, Spínola continuava a ser um militar, sempre à espreita de uma brecha por onde atacar o inimigo. Se uma vitória definitiva no campo de batalha era uma hipótese remota, um golpe forte na guerrilha do PAIGC que a obrigasse a recuar e a fizesse perder a iniciativa durante um largo período era um

objetivo bastante razoável. A capacidade do PAIGC assentava em grande medida nas bases que tinha nos países vizinhos, nomeadamente na República da Guiné, governada por Ahmed Sékou Touré com o apoio da União Soviética, bases essas que funcionavam como refúgio dos guerrilheiros e que permitiam o regular abastecimento da guerrilha com recurso às lanchas rápidas da marinha local.

Mas o plano de Spínola era mais ambicioso. E muito mais perigoso. Pretendia não só destruir as bases do PAIGC, mas derrubar o governo de Sékou Touré para o substituir por um liderado por exilados guineenses, que participariam no golpe. Na prática, o que Spínola propunha era um golpe de Estado num país estrangeiro, que contemplava ainda a eliminação física de Touré e do líder do PAIGC, Amílcar Cabral, a libertação de prisioneiros de guerra portugueses e a captura da emissora de Boulbinet, através da qual o partido dos exilados guineenses (a Front de Liberation National Guinéen) anunciaria o novo governo ao povo e pediria o auxílio das tropas portuguesas, cuja ação ficaria desde logo justificada e a salvo de qualquer incidente diplomático.

Spínola tem de convencer Marcello Caetano a autorizar a operação porque não conta com o apoio nem do ministro da Defesa, Viana Rebelo, que teme a reação de França, nem do ministro do Ultramar, Silva Cunha, receoso dos riscos de uma operação de tal magnitude. O general não tinha dúvidas. Jogava-se ali uma cartada decisiva na guerra da Guiné. Habitado a carregar nas tintas, fazendo da mais simples movimentação um lance de implicações tremendas, num jeito hiperbólico a condizer com a figura, Spínola desta vez tem razão: “Encontramo-nos, com efeito, num momento crucial da vida da província; e em tal conjuntura, ou empenhamos

todos os meios para neutralizar o potencial de guerra do inimigo nos seus santuários, ou perderemos irremediavelmente.” O Presidente do Conselho dá autorização para que a operação avance desde que não haja provas do envolvimento do Estado português.

A *Operação Mar Verde*, comandada pelo capitão de Mar e Guerra Alpoim Calvão, é assim lançada de 21 para 22 de novembro de 1970, mas salda-se num fracasso quase total. As lanchas rápidas que constituíam a Armada da Guiné são destruídas e os prisioneiros de guerra portugueses são libertados. Todos os outros objetivos falham. O governo de Sékou Touré não é derrubado, os alvos primordiais – o próprio presidente e o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, sobrevivem (não estavam em Conacri) e os aviões da Força Aérea da República da Guiné não são neutralizados. O pior para o governo português é que os guineenses da FNLG capturados pelas forças leais ao presidente Sékou Touré reconhecem o envolvimento de Portugal no golpe, o que deixa o país à mercê das violentas críticas da comunidade internacional. Uma missão de observadores da ONU é enviada para a Guiné após a apresentação de uma queixa no Conselho de Segurança. É o mesmo Conselho de Segurança, após os observadores terem confirmado a responsabilidade de Portugal no golpe, a aprovar uma resolução que condena duramente o governo português pela ação levada a cabo e obriga ao pagamento de uma indemnização à República da Guiné pelos danos provocados.

À exceção da libertação dos prisioneiros, não há motivos para festejar a *Operação Mar Verde*. É um embaraço gigantesco para Portugal a que se segue o passa-culpas. Spínola fica furioso com o comandante da operação, Alpoim Calvão, este culpa as informações erradas que a PIDE prestara aos milita-

res, no que é secundado por outros oficiais que participaram na operação. O responsável da PIDE é recambiado para Lisboa, onde Marcello Caetano vai dizendo, à cidade e ao mundo, que Portugal nada teve que ver com aquela confusão.

Uma confusão que sairia bem cara porque o apoio da União Soviética ao PAIGC, que Spínola sabia ser um fator fundamental quase desde o início do conflito, aumentou a partir daí. A operação militar não teve o sucesso esperado, mas acima de tudo foi um enorme erro político, que Spínola nunca assumiu, tal como nunca assumiu que um dos objetivos fosse a eliminação de Amílcar Cabral. Pelo contrário, o objetivo seria o de “libertar Amílcar Cabral das pressões sobre ele exercidas pela União Soviética, de que o PAIGC dependia totalmente do ponto de vista financeiro e de material logístico e militar”, confidenciou o general no final da vida, ainda crente de que se a operação tivesse atingido os objetivos a guerra na Guiné poderia ter sido ganha. Mas dificilmente poderia ter sido assim.

FIM DE LINHA

O fracasso da *Operação Mar Verde* não mandou Spínola abaixo, nem o tornou cego a outras vias para a resolução do conflito. E aqui contava com Léopold Senghor, político e intelectual africano respeitadíssimo, como precioso aliado para eventuais negociações. O presidente do Senegal demonstrara publicamente a sua disponibilidade para contribuir para uma resolução pacífica do conflito em 1969, durante uma visita à Guiné portuguesa. Mesmo antes disso eram conhecidas as suas posições que, de algum modo, abriam uma via diplomática que só necessitava que, do lado português, alguém mostrasse a mesma abertura. Esse alguém seria Spínola, que, no entanto, procurou sempre manter Marcello Caetano informado de todas as suas “iniciativas políticas”.

Uma dessas iniciativas foi o encetar de contactos com o presidente senegalês para a qual Spínola pediu autorização ao governo em fevereiro de 1972. Dois meses depois, houve as primeiras conversações com um ministro do Senegal, Ousmane Camara, tendo em vista a preparação de um encontro secreto com Senghor, que se viria a realizar a 18 de maio na

cidade costeira senegalesa de Cap Skirring. De acordo com o relato de Spínola, o presidente senegalês expressou “uma grande simpatia pelo nosso país” e elogiou “a nossa política social na Guiné”, ou seja, a política gizada por Spínola. Além disso, Senghor ter-se-ia oferecido como mediador do conflito, defendendo para a Guiné uma “autonomia interna” de tipo federativo com Portugal. O presidente do Senegal terá garantido ao general que Amílcar Cabral estava recetivo a essa ideia.

Numa fase preliminar, o Senegal tinha proposto que o líder do PAIGC estivesse presente, mas Spínola fez saber que a presença de Cabral numa primeira reunião não seria conveniente. Porém, o encontro com Senghor correu tão bem que Spínola não conseguiu disfarçar o entusiasmo, para o qual contribuíam os elogios do presidente senegalês à política do governador na Guiné. Quando veio a Lisboa comunicar os resultados dessa reunião, Spínola pôs a hipótese de Amílcar Cabral se juntar às negociações. Marcello Caetano, que autorizara o encontro com Senghor, aproveitou para traçar aí uma linha vermelha. Era inconcebível trazer o líder do PAIGC para a mesa. Mesmo que Senghor tivesse assumido que não pretendia discutir a questão colonial portuguesa no seu todo mas apenas a situação da Guiné, Caetano via na participação de Amílcar Cabral uma legitimação pública do PAIGC e das suas pretensões.

Ora, Spínola tinha trabalhado para esse momento desde o dia em que aterrara na Guiné, quatro anos antes. Todos os sacrifícios, todos os esforços, todas as estratégias militares, todas as iniciativas políticas tinham sido desenhadas para chegar à mesa de negociações numa situação o mais favorável possível ao governo português. O fracasso da *Operação*

Mar Verde impedira o enfraquecimento decisivo ou definitivo do PAIGC, mas mesmo assim Portugal não partia para a via diplomática de joelhos, não estava tão debilitado na vertente militar que fosse forçado a negociar com o inimigo. Se negociava, se o trazia para as negociações, é porque conquistara militarmente a margem de manobra para que essa decisão não fosse interpretada de capitulação. Ter como mediador um homem, Senghor, que acreditava na “autonomia progressiva” era a prova disso.

Mas Marcello Caetano não via as coisas da mesma forma. Ordenou a Spínola que interrompesse todas as conversas. A relação entre os dois, que tinha as suas brechas, estilhaçou-se quase por completo. Já tinha havido outros momentos tensos e de desacordo entre Spínola e Caetano, mas em que tinham conseguido conciliar as posições de forma a não se hostilizarem e a não provocarem uma rutura completa. Era uma relação marcada por uma mútua e moderada desconfiança, mais política do que pessoal.

Por exemplo, quando se encontrou com Senghor, Spínola já sabia que Caetano não apoiava uma eventual candidatura do general às eleições presidenciais agendadas para esse ano de 1972. Muitos acreditavam que era com os olhos no Palácio de Belém que Spínola se movia desde que aceitara o cargo político de governador da Guiné. Muitos também se moveram, até com bastante antecedência, para tornar possível uma candidatura do general.

Desde finais de 1971, foram vários os militares e políticos do setor liberal da Ação Nacional Popular interessados em promover uma candidatura de Spínola. Almeida Bruno veio a Lisboa apresentar a ideia ao general Venâncio Deslandes e a vários elementos da Ala Liberal, incluindo Pinto Balsemão

e Sá Carneiro. Todos concordaram que Spínola deveria candidatar-se. E não seria certamente com o intuito político de o pôr a cortar fitas. Viam aí a oportunidade de mudar o regime por dentro, de abrir caminho às reformas de que o país precisava e que Marcello Caetano não tivera coragem de passar à prática, através da ação do político português em funções mais conhecido e respeitado na cena internacional.

Spínola soubera alcandorar-se a uma posição inimaginável enquanto Salazar era vivo: a de um político, com poder e responsabilidades dentro do regime, que defendia soluções progressistas para a questão ultramarina. Mais do que isso, era alguém que não defendia apenas ideias em abstrato, mas que as tinha posto em prática, enquanto comandava as tropas num cenário de guerra de elevada complexidade. Naturalmente, a imprensa internacional via-o como um *jackpot*. Pelas ideias, sim, por uma visão para a África portuguesa que contrastava com o conservadorismo imobilista do regime sem o afrontar, ou seja, com a dose certa de realismo e pragmatismo, mas também pela imagem romântica, a de um general formado na escola nobre da Cavalaria, de monóculo prussiano no olho direito, a liderar um exército numa das últimas guerras do século XX. Sucediãam-se as entrevistas e perfis em órgãos de comunicação estrangeiros, como o *Washington Post* e a revista alemã *Stern*, e o próprio Spínola se encarregava da sua promoção. Por vaidade ou por lhe dar vantagens políticas? E se fosse as duas? Não seria o primeiro político a quem se poderia dirigir a acusação de vaidade.

O certo é que quanto maior o prestígio e a fama internacionais de Spínola, maior o perigo que representava para o regime. Por isso, Marcello tratou inteligentemente de lhe cortar as aspirações presidenciais reconduzindo-o como go-

vernador da Guiné. O Presidente do Conselho, sagaz, justificou a decisão de um modo que não admitia réplica até porque era verdadeiro: onde é que ele iria encontrar alguém da estatura política e a autoridade de Spínola? A recondução no cargo era a maneira de limitar a influência de Spínola em Lisboa sem entrar em choque com o general. Mas também era preciso coartar Spínola nas suas movimentações enquanto governador. A começar pela questão das negociações com Senghor. Impedido de se candidatar à Presidência e severamente limitado na sua margem de manobra política na Guiné, Spínola estava onde Caetano queria que ele estivesse: longe de Lisboa e sem real poder político. E os dois homens subiram a parada.

No início de julho de 1972, no programa *Conversa em Família* transmitido pela RTP, que iniciara em 1969, Marcello Caetano apresenta um retrato da situação nas colónias que elimina qualquer possibilidade de solução diplomática: “os territórios das províncias ultramarinas estão em paz e ninguém neles contesta a sua integração na Nação Portuguesa.” O próprio verificara essa realidade no terreno: “se a paz está perturbada, isso deve-se às guerrilhas que, sem o apoio político, financeiro e militar de potências estrangeiras teriam desaparecido há muito. Essas guerrilhas têm de ser contidas e combatidas para defesa das vidas e segurança dos bens. É o que fazem, em circunstâncias semelhantes, todos os governos.”

De acordo com esta doutrina, não havia nada para negociar. Nem sequer havia um interlocutor digno do outro lado. A situação de guerra – que, pelos vistos, não era guerra – podia, assim, prolongar-se indefinidamente até que as potências estrangeiras cortassem o apoio às guerrilhas. Um

dos destinatários óbvios da “conversa” era Spínola, que há anos repetia que tudo o que se podia fazer era ganhar margem para uma negociação com os guineenses e que teriam de ser eles a decidir se queriam manter a ligação a Portugal e em que moldes. Porém, Marcello Caetano ainda tinha outras mensagens para Spínola. A pouco mais de um mês das eleições presidenciais, o Presidente do Conselho tinha elogios para o candidato e atual Presidente da República Américo Tomás: “Desde que o Senhor Almirante Américo Tomás se presta ao sacrifício de continuar a exercer a Presidência da República onde com tanta dignidade e devoção tem servido os supremos interesses do País, só temos de agradecer a Deus o não sermos forçados a difíceis opções.” E terminava com um tiro limpo: “Os eleitores constitucionais, ao votarem no seu nome, afirmarão que o País continua unido ao redor dos seus governantes e que não vacila no caminho a seguir em defesa da integridade da Pátria e do futuro pacífico das províncias do Ultramar português.”

Desta forma, não foi de estranhar que, em outubro de 1972, Caetano tenha reiterado a indisponibilidade para uma negociação direta com o PAIGC e Amílcar Cabral, uma possibilidade que vinha a ser trabalhada com toda a reserva entre as autoridades portuguesas na Guiné e elementos do partido independentista. Teria sido o próprio Amílcar Cabral, incentivado por fações dentro do PAIGC, a propor um encontro. Marcello Caetano insistia que negociar com Cabral só serviria para o legitimar politicamente aos olhos do mundo e “acabou por se opor também a esse encontro”, transmitindo a Spínola a ideia que seria preferível uma derrota militar a um acordo político negociado. Na *Conversa em Família* no final de novembro não foi tão longe, mas deixou claro que não havia

negociações possíveis com os dois lados em pé de igualdade: “No Conselho de Segurança da ONU parece que os estados africanos propõem agora convidar Portugal a negociar com os terroristas a entrega das províncias ultramarinas. Já tenho explicado e toda a gente compreende que tal negociação é impossível. [...] Tudo o que seja contribuinte para de boa-fé levar por diante o projeto português de promoção económica e social das províncias do ultramar encontra do nosso lado acolhimento e resposta, mas ninguém pode esperar de nós a entrega de terras portuguesas a bantos reunidos para servir interesses alheios e empregando para isso a violência. Nenhum governo poderia entrar em tais negociações sacrílegas.” Para Spínola era “perdida outra oportunidade, apesar da fragilidade do PAIGC, da desmoralização dos seus combatentes e da proliferação de fações internas”, como diria décadas depois.

“O ano ideal para medidas concretas”, 1972, acabava sem medidas concretas, sem quaisquer possibilidades reais de uma solução política e com Spínola a ter a certeza de que Marcello Caetano preferia uma derrota militar a uma saída pela via diplomática e negocial. Para um militar como Spínola, que conhecia o custo humano de tais palavras, que testemunhara, tal como Caetano e os outros contemporâneos, a ignominiosa perda da Índia portuguesa, era uma ideia quase ofensiva. Não havia entendimento possível entre os dois. A “resposta” provocadora de Spínola ocorreu no início de 1973, numa entrevista ao jornal *República* cuja publicação foi suspensa por ordem direta do Presidente do Conselho.

Mais do que o conteúdo da mesma, embora algumas respostas permitissem a “especulação do adversário”, Caetano censurava a Spínola a decisão de dar uma entrevista sobre

temas políticos “melindrosos” sem o ter informado previamente: “Imagine V. Ex.^a que um dos seus [...] colaboradores no Governo da Guiné [...] dava uma entrevista sobre o que ele pensava acerca da orientação política atual na província e as perspectivas futuras, sem que V. Ex.^a o soubesse, ou tendo conhecimento do texto apenas ocasionalmente [...]. Como reagiria V. Ex.^a? Não me diga. Escusa de responder. Eu sei como seria.” Além da entrevista, Caetano teria informações de que o estado de espírito de Spínola em relação ao governo central não era o melhor.

Spínola fez um derradeiro esforço para se justificar perante Marcello Caetano. Escreve-lhe uma carta em que enuncia e repete as suas ideias quanto à progressiva autonomia da província da Guiné e a necessária participação dos africanos na vida política, de que todos os esforços militares tinham em vista a persecução dessa política e que qualquer retrocesso, real ou assim percebido pela população nativa, nesse caminho traçado há muito e ao qual Marcello Caetano dera o seu aval apressaria um “desfecho trágico.” Quando Spínola enviou esta carta a Caetano uma das saídas estava definitivamente encerrada: Amílcar Cabral fora assassinado em janeiro, em Conacri. Quando soube da notícia, o general terá desabafado: “lá me mataram o homem.” E até ao fim da vida defendeu este posicionamento: “A verdade é que sempre tive em vista uma solução que conduzisse à autodeterminação do povo da Guiné, e a cooperação de Amílcar Cabral era essencial para esse processo. Não havia no PAIGC substituto com igual inteligência e portuguesismo.” De facto, Spínola não esteve de maneira nenhuma envolvido no assassinio de Cabral, que terá sido vítima das lutas intestinas no PAIGC, alimentadas por Sékou Touré e também pela PIDE.

A situação favorável do ponto de vista militar, que teria permitido às autoridades portuguesas negociar com vantagem, também estava prestes a mudar. O fornecimento dos mísseis terra-ar Strela pelos soviéticos ao PAIGC em março de 1973 alterou definitivamente o equilíbrio de forças. A enorme vantagem da Força Aérea Portuguesa desapareceu. As forças do PAIGC, dispondo de meios superiores aos dos portugueses, lançam pesados ataques sobre as guarnições na fronteira. O colapso militar de Portugal é iminente. Em maio, Spínola envia a Costa Gomes, o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, pareceres que dão conta da situação desesperada e que exige mudanças drásticas e rápidas para evitar o pior. No mesmo sentido, segue uma carta para o ministro do Ultramar a quem Spínola diz que “sem meios para equilibrar o crescente potencial militar do inimigo e sem iniciativa para mobilizar recursos, aliás inexistentes” nada mais há a fazer se não “aguardar serenamente” o desfecho previsível. Spínola só garantia que isso não iria acontecer durante a vigência do seu mandato.

O general está resolvido a abandonar os cargos de governador e de comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné e nem a mais alta condecoração do Estado português – a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, no grau de Grande Oficial, com Palma, que lhe é atribuída a 31 de maio pelo Presidente da República – o faz mudar de ideias. Uma semana depois, pede ao ministro do Ultramar para ser aliviado dos cargos que desempenha desde 1968. O governo tenta demovê-lo. O ministro do Ultramar parte para a Guiné em finais de julho com esse objetivo, “lançando mão de toda a gama de argumentação para levar a bom termo a missão de que vinha incumbido”. Nada a fazer: “passados

RETRATOS POLÍTICOS II

dias, regressava a Lisboa sem ter conseguido demover-me da decisão tomada”, contou mais tarde o general. A sua missão na Guiné chegara ao fim.

REGRESSO AO FUTURO

Na Guiné, Spínola fizera tudo ao seu alcance, no plano político e militar, para que se encontrasse uma solução pensada e progressiva para a colónia. Preparou o terreno, reforçou a posição das Forças Armadas portuguesas, encetou contactos com o outro lado, negociou com possíveis mediadores, trabalhou em prol da melhoria das condições de vida dos guineenses e agora sentia que todo esse trabalho fora em vão ou não tinha sido devidamente aproveitado por Lisboa. A “retaguarda”, para a qual alertara logo em 1968, travou a política spinolista. E Marcello Caetano não tivera a força, a vontade ou a coragem para a impor.

O mandato de Spínola terminou em setembro, semanas antes de o PAIGC declarar a independência da Guiné-Bissau. Outro general, Bettencourt Rodrigues foi ocupar o lugar de Spínola, que já se encontrava em Lisboa desde agosto. Gozava de prestígio nacional e internacional, como militar e como político. A pergunta impunha-se: o que fazer agora? Uma pergunta semelhante devia assombrar o Presidente do Conselho: o que fazer com este homem?

Por ambição e vaidade ou por presentir que podia ser uma peça importante para o futuro do país, António de Spínola nunca descurou a sua imagem pública, que sempre promoveu em articulação com o seu *staff* na Guiné. A publicação de vários livros que coligiam discursos, entrevistas e artigos de opinião, entre 1970 e 1973, tinha sido outra das formas de o general marcar posição num espaço público rarefeito pela censura do regime.

O regime bloqueara-lhe o acesso à Presidência da República, mas o seu regresso levantava o problema de saber onde arrumar o general de modo a não levantar ondas. Toda a gente tinha curiosidade em saber onde é que iriam meter o *Velho*. Claro que isso dependeria em muito da vontade de Spínola em não levantar ondas, das ideias que ele próprio teria quanto ao seu futuro e ao papel que militares e outras figuras proeminentes julgassem que ele poderia desempenhar. O primeiro sinal de que Spínola não ficaria satisfeito com qualquer “gaiola dourada” foi a recusa em aceitar a pasta do Ultramar, a convite do próprio Marcello Caetano.

Na verdade, não houve um convite formal, antes uma sondagem. Marcello Caetano não tinha dúvidas de que era necessário substituir Silva Cunha e que Spínola era a pessoa ideal para o cargo. Mas este teria de abdicar de algumas ideias que, apenas alguns meses antes, tinham posto os dois homens em desacordo. Era um pré-convite com uma condição: Spínola teria de aderir à política ultramarina oficial, uma forma de o pressionar a mudar de ideias. As condições de Spínola para aceitar ser ministro do Ultramar iam em sentido contrário. Era Marcello Caetano que teria de aderir “claramente ao pensamento que, por várias formas” Spínola lhe tinha expressado ao longo dos últimos anos.

Não houve entendimento e a remodelação governamental avançou sem a inclusão de Spínola. Silva Cunha passou para a Defesa e Baltasar Rebelo de Sousa transitou de governador de Moçambique para o ministério do Ultramar. Para quem via de fora a situação política portuguesa, a ausência de Spínola do governo foi um claro indicador de que não haveria mudanças significativas na política do regime. Mas mesmo que Spínola tivesse ido para o governo tais mudanças não seriam expectáveis porque isso teria significado uma vitória da linha do regime.

O certo é que, a esta altura, o regime está mais fragilizado do que nunca e não é uma simples troca de nomes a alterar a direção dos ventos que fustigam Marcello Caetano. O descontentamento cresce nas Forças Armadas e é transversal, vai dos salazaristas da linha dura, que temem uma suavização da política para o Ultramar e não põem de parte um golpe que afaste Marcello Caetano do poder, aos que ainda anseiam pelo cumprimento das promessas da primavera marcelista, já para não falar dos mais radicais que, apesar da lealdade militar a que estão obrigados, sonham com a queda do regime através de uma revolução. Estes últimos começam a dominar o Movimento dos Capitães, formado em setembro de 1973, e que juntava oficiais juniores na contestação aos privilégios dos oficiais de alta-patente. Todas estas correntes das Forças Armadas acreditam que Spínola lhes poderá ser útil.

Um dos militares que preconiza um golpe militar para derrubar Marcello Caetano é Kaúlza de Arriaga, ligado aos setores mais direitistas, que procura atrair Spínola para o seu campo. O general não se quer comprometer com nenhum plano de ação que contemple uma intervenção militar. Concorde com alguns dos argumentos de Kaúlza, sabe que a res-

ponsabilidade de uma derrota nas colónias recairá sobre as Forças Armadas, mas o desprestígio que as chefias militares tinham acumulado ao longo dos anos tornava particularmente difícil qualquer iniciativa que necessitava da autoridade dos chefes sobre os oficiais juniores, o que estava longe de ser o caso. Além do mais, a visão de Spínola para o futuro das colónias, que previa a independência ou uma solução federativa, colidia com a visão mais extremada de Kaúlza. Este não poderia contar com Spínola para pôr o seu nome e prestígio ao serviço de um plano golpista.

Spínola tinha os seus próprios planos. Não se limitou a esperar pela melhor oferta. Nos encontros com Kaúlza, no final de 1973, fez questão de o informar que planeava publicar um livro em breve no qual exporia o seu pensamento quanto à questão colonial. Apercebendo-se do conteúdo do livro, Kaúlza soube que não só Spínola era um nome a riscar nos seus planos como poderia constituir um entrave. Enquanto isso, Marcello Caetano estava confiante de ter neutralizado qualquer ameaça política que Spínola pudesse representar, depois de o ter nomeado para vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, um cargo criado à medida.

Spínola já tinha sido indicado para Comandante da Academia Militar, Inspetor-Geral do Exército, Inspetor-Geral das Forças Armadas e Comandante da Segurança Interna, mas o problema da sua colocação só ficou resolvido com aquele cargo no qual foi empossado a 14 de janeiro de 1974. Nesse mesmo dia, Marcello Caetano recebeu-o numa visita protocolar de cumprimentos. Spínola aproveitou a ocasião para o informar, de modo formal, de que estava a ultimar um livro “destinado a consciencializar a opinião pública para a aceitação das teses ultramarinas que defendia”, sendo que Marcello

Caetano há muito conheceria as intenções de Spínola quanto à publicação de um livro que alertaria para a necessidade de se evoluir no sentido de uma “solução realista do problema ultramarino”.

É possível que Marcello Caetano há muito soubesse das intenções de Spínola. Mas as circunstâncias políticas eram substancialmente diferentes. Spínola já não estava entretido com as suas funções na Guiné. Os livros que publicara naqueles anos, e em que já estavam expostas algumas das suas ideias, tinham tido um impacto moderado devido precisamente às funções que desempenhava. As suas teses não eram vistas como um programa geral para resolução do problema das colónias. Agora era diferente. Estava de regresso a Lisboa. Já tinha sido difícil encaixá-lo e arranjar-lhe um cargo que o sossegasse e sossegasse os espíritos dos que o viam como uma ameaça – a nomeação caíra mal junto dos setores da linha dura do regime e desagradara até ao Presidente da República. Um livro com aquele conteúdo seria uma bomba. Marcello Caetano tinha consciência disso e perguntou-lhe se Spínola estava autorizado a publicá-lo visto que os regulamentos militares determinavam o consentimento prévio da sua chefia, no caso o CEMGFA, o general Costa Gomes.

Spínola disse desconhecer tal disposição e deu-lhe “o exemplo de vários oficiais que tinham publicado livros sem necessidade de os submeter à prévia apresentação superior”, em que ele próprio se incluía. No entanto, e para evitar outras questões, informou Marcello de que submeteria o livro à aprovação de Costa Gomes. Só não entregava desde já uma cópia ao Presidente do Conselho para “não o comprometer com a sua leitura prévia, a fim de o deixar mais à-vontade para rebater as teses ali defendidas.” No dia seguinte, 15 de

janeiro, cumpriu a promessa e entregou ao general Costa Gomes uma versão fotocopiada do livro que, aparentemente, estava pronto a seguir para a gráfica, se que é que já não seguira. Título já tinha: *Portugal e o Futuro*.

Além de concordar, segundo a versão de Spínola, com as linhas gerais da política definida pelo seu subordinado, Costa Gomes emitiu um parecer inequívoco: “Julgo que o livro está em condições de ser publicado, acrescentando mesmo que o General Spínola acaba de prestar desta forma ao País serviços que devem ser considerados tão brilhantes como os que com tanta galhardia e integridade moral provou possuir nos campos de batalha.” O parecer não convence o ministro da Defesa, Silva Cunha, que tenta persuadir Marcello a impedir a publicação do livro. Tarde demais. Corre a informação de que há uma versão do manuscrito pronta para sair em França caso o regime decida pela proibição. Na perspectiva do governo, não há nenhuma saída vantajosa. O livro será um golpe tremendo. Mas, naquele momento, qualquer proibição, desautorizando publicamente dois dos generais mais prestigiados das Forças Armadas, seria um suicídio. Silva Cunha cede. É difícil imaginar que, àquela altura, as mais altas individualidades do Estado não tivessem conhecimento do conteúdo do livro que Spínola se preparava para publicar e também não é crível que o seu autor não tivesse consciência das implicações políticas que acarretava. Uma vez publicado o livro, nada ficaria como dantes.

Quando recebe os primeiros exemplares, Spínola envia o livro ao ministro da Defesa, ao Presidente da República e ao Presidente do Conselho. Marcello dirá que só leu o livro a 20 de fevereiro, dois dias antes de chegar às livrarias, que ficou siderado com o conteúdo e que só então percebeu que estava

em marcha e era inevitável o golpe militar que pressentira há meses. Esta versão dramática dos acontecimentos contrariaria tudo o que há muito se sabia. As ideias de Spínola não eram uma novidade para ninguém. O livro *Portugal e o Futuro* era um projeto desenvolvido nos últimos anos e para o qual tinham contribuído os homens de confiança de Spínola na Guiné. A base era um documento intitulado *Algumas Ideias sobre a Estruturação Política da Nação* que Spínola enviara em 1970 a... Marcello Caetano. Depois, havia várias pessoas, em diferentes esferas, ao corrente da ideia de publicação do livro. Por último, *Portugal e o Futuro* não defendia o fim do regime através de um golpe ou de uma revolução. Na verdade, Marcello Caetano poderia ter tomado várias diligências, e não necessariamente a proibição do livro, para que os efeitos políticos fossem outros. Mas só agiu quando o livro foi posto à venda.

Foi no dia 22 de fevereiro de 1974 que *Portugal e o Futuro*, editado pela Arcádia, de Paradela de Abreu, chegou às livrarias. As palavras iniciais marcam o fim de uma era e o início de um novo tempo: “Portugal vive hoje, sem dúvida, uma das horas mais graves, senão a mais grave da sua história.” No mesmo dia, o livro esgota. Se Marcello Caetano ainda tinha algumas esperanças de que o impacto fosse reduzido elas acabam aí. Apesar de não haver nenhuma boa solução, era preciso reagir. O Presidente do Conselho convoca de imediato Spínola e Costa Gomes para uma reunião em sua casa. O ambiente é frio, o tom de Marcello é dramático. Ecoando as palavras iniciais do livro, comunica aos generais que aquele é um dos momentos mais graves e dolorosos da sua vida. O conteúdo e a publicação do livro – expondo publicamente as divergências entre a política oficial do governo e as ideias

dos mais altos representantes das Forças Armadas – tornavam impossível que continuasse a governar o país. Porém, não deveria ser ele, Marcello Caetano, a pedir a demissão, mas sim os generais a pedir ao Presidente da República a entrega do poder às Forças Armadas.

Costa Gomes e Spínola rejeitam a proposta, uma decisão de que Spínola se arrependeria: “Talvez eu tenha cometido o erro histórico de não ter assumido a liderança do processo de mudança do regime.” Na altura, a avaliação que faziam diziam-lhes que Marcello tinha condições para continuar à frente do governo. Só não podia ignorar que era chegada a hora de promover mudanças “à luz realista das soluções possíveis”. A reunião termina com Marcello Caetano ainda Presidente do Conselho e Costa Gomes e Spínola ainda nos respetivos cargos. Mas é óbvio para todos que as consequências do abalo se vão começar a sentir.

Marcello opta por mobilizar as forças do regime para um ataque vigoroso às teses defendidas por Spínola em *Portugal e o Futuro*. Ele próprio, na Assembleia Nacional, a 5 de março, profere um discurso que, embora não o admita, tem como alvo, em diversos momentos, o general Spínola. Poucos acontecimentos, como esse discurso de Marcello Caetano, ilustram tão rigorosamente o estertor de um regime. Não porque se apresentasse aos deputados e ao país – o discurso foi transmitido na televisão e na rádio – cabisbaixo, moribundo e enfraquecido, mas porque, pelo contrário, se mostrou enérgico, resolutivo e decidido.

Com as galerias repletas, as ovações interromperam por várias vezes a alocução de Marcello quase exclusivamente dedicada à questão colonial: “nenhuma dúvida pode haver de que o mais grave problema que presentemente se põe à Na-

ção portuguesa é o Ultramar”, disse logo no início para, mais à frente, não deixar dúvidas quanto ao destinatário das suas palavras: “há uma defesa global do Ultramar que nos impõe coerência de atitudes. Uma transigência ou abdicação num sítio logo afetaria a força da resistência no conjunto. Não poderíamos, por exemplo, aceitar a negociação com o inimigo na Guiné em termos que nos privassem da autoridade para recusar negociações em Angola ou em Moçambique.” Marcello pedia tempo e que não se acreditasse em habilidades: “Com palavras, habilidades e ilusões podem fazer-se passar num instante aos olhos de um público atônito fantasias mirabolantes. Mas que se esvaem como fumo depois de uns dias breves de brilho fugaz. Fica apenas disso desilusão e amargor. Quando não revolta. Precisamos de tempo.”

Mas tempo era o que não havia e revolta era o que se adivinhava. Nessa mesma noite de 5 de março, o Movimento dos Capitães, a partir daí denominado Movimento das Forças Armadas, reunido secretamente em Cascais, elege como chefes Costa Gomes e Spínola, compreendendo a necessidade de uma aliança com figuras respeitadas e moderadas. Era previsível que isso acontecesse mas ia ao encontro do que temiam algumas das principais figuras do movimento como Otelo: Spínola apareceria como a força motriz de um movimento militar de contestação ao regime. A decisão tomada na noite de 5 de março confirmava-o. Só que Marcello ainda não exonerara Costa Gomes e Spínola. Os ataques permanentes ao livro na imprensa levantavam questões sobre a próxima jogada, qualquer que ela fosse, do governo. A inação não era uma possibilidade.

E a jogada foi de alto risco. Numa reunião realizada no departamento da Defesa Nacional, presidida pelo ministro

da Defesa, ficou decidido que todos os generais das Forças Armadas deveriam comparecer no gabinete do Presidente do Conselho para manifestarem o seu apoio a Marcello Caetano e à política oficial do governo. Silva Cunha sugeriu mesmo que o general Costa Gomes declarasse solenemente na ocasião que “as Forças Armadas não tinham política própria”. O CEMGFA recusou-se a fazê-lo e Spínola solidarizou-se com ele. Tal reunião, nos termos em que o governo pretendia, era uma “demonstração de vassalagem” que tinha como único intuito isolar Spínola e Costa Gomes. Mas a reunião foi mesmo agendada para o dia 14 de março.

Esse seria um ponto de não retorno. Por isso, nos bastidores, houve tentativas de aproximar o governo e os generais. O ministro da Educação, Veiga Simão, trabalhou nesse sentido, após diligências realizadas por Spínola: “[Veiga Simão] promoveu duas reuniões de Marcello Caetano, uma comigo e com Costa Gomes em conjunto e uma outra separadamente. Eu sei que Veiga Simão lançou para a mesa soluções políticas de clara abertura democrática e de referendo de uma nova política ultramarina, o que passava por uma imediata remodelação do Governo.” Spínola oferecia ao Presidente do Conselho uma “possibilidade de modificação radical da política do país” sem que se desencadeasse uma revolução.

Por intransigência de Marcello, as negociações fracassam e, no dia 14 de março, uma quinta-feira, os oficiais generais apresentam-se em São Bento para apoiarem publicamente a política de defesa do Ultramar. O grupo geriátrico de generais que foram prestar vassalagem ao governo ficou para a história como a “Brigada do Reumático.” Os generais reafirmaram que as Forças Armadas não tinham política que não a emanada do governo. O governo, pela voz do Presidente do

Conselho, agradeceu a reiteração do óbvio. Como era previsível, Costa Gomes e Spínola não compareceram à cerimónia. Era o pretexto de que o governo precisava para afastar os dois homens. No dia seguinte, a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho remeteu para publicação o despacho de exoneração de Francisco da Costa Gomes e António Sebastião Ribeiro de Spínola dos cargos de chefe e vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Só o primeiro foi substituído, sendo nomeado para o seu lugar o general Joaquim da Luz Cunha.

No dia seguinte à exoneração dos generais, 16 de março, deu-se uma tentativa de golpe militar, o Golpe das Caldas, em que o Regimento de Infantaria 5, comandado pelo capitão Armando Marques Ramos, partiu das Caldas da Rainha em direção a Lisboa para derrubar o governo. A prevista participação de outras unidades militares não aconteceu e, entre informações e ordens contraditórias, o levantamento fracassou. Muito se viria a discutir sobre de quem teria partido a iniciativa e, com o fracasso do golpe, quem é que teria ficado a perder.

Mais tarde, Spínola descreveria a tentativa de golpe como uma ação “espontânea do Comando de Operações Especiais de Lamego, que teve o seu núcleo no regimento das Caldas da Rainha” numa reação natural de “combatentes do Ultramar” à sua destituição e à de Costa Gomes. Os oficiais que a promoveram eram movidos por um sentimento de revolta relativamente à decisão do governo e também se opunham “às correntes esquerdistas que emergiam no Movimento dos Capitães”, o que admite a suposição de que os fatores externos pesaram tanto quanto as tensões internas na decisão de avançar.

Na sequência do golpe falhado, foram detidos alguns dos responsáveis militares, encaminhados para a prisão da Trafaria, onde permaneceram até ao 25 de Abril. Por esse motivo, ainda na ressaca da revolução, Spínola acreditava que os “seus” homens no Movimento das Forças Armadas tinham sido atraídos para uma armadilha, para que se expusessem e assim fossem afastados:

“Assim, em 16 de março de 1974, com o propósito de pôr fora de cena um grupo de oficiais que nunca aceitaria o programa inicial do MFA, o Partido [Comunista], usando de diversos estratagemas e beneficiando de cumplicidades no próprio interior do sistema vigente, lançou a notícia de que algumas unidades militares marchavam sobre Lisboa, fazendo com que, por espírito de solidariedade, determinado regimento se antecipasse no arranque da revolução, planeada para eclodir dias depois. E, desta forma, os oficiais que mais se oporiam ao programa político então em discussão foram presos, ficando o ‘Comité Revolucionário’ à vontade para planear os últimos pormenores e comandar a ‘Revolução dos cravos vermelhos’ no dia 25 de Abril [...]”

Efetivamente, pouco mais de um mês depois, deu-se a revolução sem a participação operacional dos oficiais mais próximos de António de Spínola.

HORA DA REVOLUÇÃO

O Movimento dos Capitães fora formado em setembro de 1973 por causa do descontentamento gerado pela legislação promulgada sobre as carreiras militares. A insatisfação ia muito além de uma guerra colonial que já levava doze anos. A insatisfação era generalizada e o desagrado era maior junto dos oficiais mais jovens. As chefias – como as que tinham ido prestar vassalagem ao governo – não mereciam o menor respeito por parte destes “jovens turcos”. Entre as exceções estavam Spínola e Costa Gomes. Na véspera da ida de Marcello Caetano à Assembleia Nacional a 5 de março, alguns dos capitães tinham informado Spínola de que estavam preparados para pegar nas armas. No entanto, nem Spínola nem Costa Gomes eram líderes ou promotores do movimento, nem a ele estavam diretamente associados, apesar de estarem ao corrente de todos os desenvolvimentos.

Spínola sabia bem o que se passava, quem compunha o movimento e como é que este estava organizado. Acima de tudo, conhecia as divisões internas que, mesmo não pondo em causa os objetivos comuns, se manifestaram desde o iní-

cio. Muitos dos militares queriam apenas a resolução dos aspetos práticos da carreira, como as “antiguidades”. Não eram revolucionários descontentes com o regime. Chegaram a pedir a Spínola que intercedesse por eles junto do governo. O general não resolveu o problema das carreiras, mas a publicação de *Portugal e o Futuro* ia ao encontro das pretensões prioritárias de outros capitães: era urgente resolver o problema da guerra colonial.

Isso agradava às duas correntes principais do Movimento dos Capitães embora a mais política desconfiasse das ideias de Spínola quanto a uma suave transição política. Mesmo assim, a ala moderada conseguiu impor os nomes de Spínola e de Costa Gomes como líderes militares do regime que viesse a sair da revolução. Informado de todos estes desenvolvimentos pelos seus homens, Spínola não queria estar envolvido nas operações de uma revolta militar, mas também não queria ficar de fora da solução. Na prática, jogava em dois tabuleiros: o de uma transformação e de uma abertura paulatina do regime e o de um golpe militar levado a cabo pelos oficiais que alterasse subitamente o jogo.

Quanto ao poder da ala mais radical do Movimento dos Capitães, não tinha ilusões. No plenário de 5 de março em que escolheram Spínola e Costa Gomes, foi também apresentada uma declaração de princípios da autoria de Ernesto de Melo Antunes, com o título “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”. Era um documento de inspiração marxista que ia muito além das reivindicações de uma classe profissional. Spínola percebeu que o movimento se dividia entre uma comissão militar, mais operacional, e uma comissão política, que não escondia a sua visão ideológica. O general pressentia o perigo que esta via revolucionária representa e também

imagina que as teses expostas no seu livro não agradem aos capitães mais incendiários. Mas, em vez de optar pelo confronto, prefere tentar moldar ou suavizar o conteúdo e o radicalismo desse primeiro esboço de programa político.

Após o 16 de Março, primeiramente interpretado como uma manobra para neutralizar a comissão militar do MFA, Spínola esteve desligado das atividades do movimento, sabendo apenas que este continuava ativo. No início de abril, o major Carlos de Moraes faz-lhe chegar um programa político do MFA que confirma as piores expectativas de Spínola: era um programa de vincada inspiração comunista. O general, com a autoridade de que ainda goza, sugere alterações que são aceites, consciente de que um levantamento militar é inevitável e que o máximo que pode fazer é usar o seu prestígio para tentar influenciar o rumo dos acontecimentos. Quando alerta Costa Gomes para a iminência de um golpe na metrópole, o antigo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas diz-lhe que é contra essa solução. Spínola garante-lhe que vai mesmo acontecer, que já teve acesso ao programa político do movimento e fala-lhe das alterações por si sugeridas. Costa Gomes diz-se alheio a todos esses desenvolvimentos. Meses mais tarde, Spínola descobrirá, entre o espanto e a indignação, que Costa Gomes, informado pelo coronel Vasco Gonçalves, estava a par de tudo.

No dia 24 de abril, às oito e meia da noite, Spínola é informado em sua casa de que a revolução vai acontecer. Informam-no sobre as senhas, as deslocações, as comunicações ao país. Com homens a guardar a sua residência, Spínola fica pacientemente à espera de que o chamem. É o que acontece na tarde de 25 de abril, quando o triunfo da revolução já é certo. É o próprio Marcello Caetano, detido no Quartel do

Carmo, a pedir a intervenção de Spínola para que este assumisse o controlo da revolução evitando que o poder caia na rua. O general diz-lhe que não lhe cabe a ele essa decisão pois não tem funções militares nem de comando no movimento. Terá de ser o comando operacional a autorizar a sua intervenção.

Spínola liga para o posto de comando do MFA, instalado desde a noite anterior no Quartel da Pontinha. Fala com Otelo Saraiva de Carvalho e pergunta-lhe se está autorizado a ir ao Quartel do Carmo aceitar a rendição de Marcello Caetano. Otelo recordará esse como o “ponto alto” dos acontecimentos do 25 de Abril. Naquele momento, Spínola pede autorização para receber o poder nas mãos evitando que este, como receava Caetano, caísse na rua ou, o que para estes efeitos era o mesmo, nas mãos de militares irresponsáveis ou extremistas. Otelo confirma com Franco Charais e Vítor Alves, dois dos homens da comissão política do MFA, e anui. Mesmo que não tivessem plena noção disso e que o MFA já tivesse previsto o papel de liderança de Spínola, o general torna-se o centro da revolução.

Spínola chega ao Quartel do Carmo às 17h40. Quando se dirige a Marcello Caetano é para lhe dizer que as coisas poderiam ter corrido de outra forma se ele tivesse feito o que se impunha e que Spínola lhe tinha aconselhado vezes sem conta: “O estado em que Vossa Excelência entrega o país! Tudo isto se poderia ter evitado!” Marcello, com uma postura digna enaltecida por Spínola, que criticou a cobardia de outros membros do governo ali presentes, como o ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Patrício e Moreira Baptista, ministro do Interior, terá respondido que aquele não era o momento para recriminações. E não era. Havia muito para fazer. Dentro de poucas horas, António de Spínola seria o

rosto de uma revolução que não tinha planeado nem executado. A Junta de Salvação Nacional, à qual fora outorgado o poder revolucionário pelo MFA e que deveria zelar pelo cumprimento do programa, precisava de um líder. Costa Gomes, sabia-se desde os plenários do movimento realizados meses antes, era o nome preferido pelos capitães. Mas na hora crítica da revolução tinha estado ausente, a acompanhar a mulher no hospital. Além disso, Spínola tinha os seus indefetíveis dentro do MFA, oficiais milicianos que tinham participado no Golpe das Caldas e que entretanto tinham sido libertados da Trafaria, e era bastante respeitado não só pelos militares que tinham combatido sob o seu comando em Angola e na Guiné como pelo resto do país, sobretudo desde a publicação de *Portugal e o Futuro*, e fora de portas.

A contragosto, segundo o próprio, aceitou a presidência da JSN e, por inerência, a futura Presidência da República, apesar de considerar Costa Gomes politicamente mais bem preparado para assumir a função. Mas este rejeitou a ideia e, mesmo perante a insistência de Spínola, preferiu o cargo de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. Spínola não percebeu logo, mas estava aberto o caminho para o choque entre os dois. Só muitos anos depois, e à luz do que viria a acontecer, é que Spínola compreendeu a decisão de Costa Gomes: “Hoje, à distância e face ao comportamento ulterior de Costa Gomes, interpreto esta sua atitude como inserida numa estratégia de permanente conspiração, dominando para isso o poder militar.”

Na madrugada de 26 de abril, à 1h30, foi o general Spínola que os portugueses viram e ouviram na televisão a fazer uma proclamação ao país, apresentando o programa político do MFA. De regresso ao Quartel da Pontinha, iniciam-se

as discussões quanto às alterações ao programa que Spínola considerava urgentes, como não estender a amnistia política aos presos de delito comum, a abolição da referência ao direito dos povos à autodeterminação e a manutenção da DGS nos territórios africanos em guerra. Se a inclusão de nomes como o de Jaime Silvério Marques e Galvão de Melo na JSN já desagradara ao MFA, a tensão aumenta consideravelmente com as imposições de Spínola.

Era o começo de um braço-de-ferro político entre Spínola e a corrente revolucionária do MFA, um combate em que, nos momentos-chave, o general revelou uma inabilidade política e estratégica que não estaria desligada da vaidade que todos lhe apontavam como principal defeito. Spínola via-se a si mesmo como o homem providencial, o único com estatura militar, política e moral para conduzir o país naqueles tempos que se adivinhavam turbulentos. Ambicionara ser Presidente da República, tinha acalentado o sonho de transformar o regime por dentro, cabia-lhe agora assumir a condução dos destinos da nação. O MFA libertara o país, agora era a hora de Spínola. No entanto, os capitães tinham outros planos.

**O HOMEM QUE POUCAS SEMANAS
ANTES ESTAVA NA CAPA DA REVISTA
TIME COMO ROSTO DA REVOLUÇÃO
PORTUGUESA DE 1974 SENTIA
AGORA O CONTROLO DA SITUAÇÃO
ESCAPAR-LHE POR ENTRE OS DEDOS.
OS VENTOS NÃO SOPRAVAM
A SEU FAVOR.**

LUTA PELO PODER

Tudo o que aconteceu nos meses seguintes só pode ser analisado à luz do que o próprio António de Spínola escreveu poucos anos depois: “A partir deste momento, as divergências de fundo iriam sobrepor-se às alianças de ordem tática, numa luta de vida ou de morte entre a facção esquerdista do Movimento, apostada no alinhamento do País pelo socialismo do Leste Europeu, e a facção democrática, que se batia pela instituição de um Estado Democrático pluralista alinhado pela Europa Ocidental”. Spínola sentiu as primeiras dificuldades quando teve de nomear um primeiro-ministro para chefiar o I Governo Provisório. Dos três nomes avançados – Pereira de Moura, líder do MDP/CDE apoiado pela ala esquerdista do MFA, o antigo deputado da Ala Liberal Miller Guerra e o jornalista Raul Rego – Spínola entendia que nenhum reunia, por diferentes razões, as condições para desempenhar o cargo. É o próprio Spínola que avança com uma alternativa, o advogado e professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, Adelino da Palma Carlos.

Na altura, nenhuma decisão política é inócua. Mesmo que Spínola mais tarde viesse a reclamar uma certa candura, o que se vivia então era uma luta desenfreada pelo poder, para ver quem mandava mais, e da qual o general não estava isento. Uma das situações mais delicadas teve que ver com o pedido de Marcello Caetano para que fosse autorizada a sua saída do país e também a do antigo Presidente da República, Américo Tomás, para que se fixassem no Brasil. Spínola apresentou a situação à Junta, argumentando em defesa do deferimento do pedido, a única atitude “própria de um país civilizado”, pedido que foi aprovado por unanimidade. Spínola realizou diligências junto da Embaixada do Brasil e, após difíceis negociações, conseguiu que o Brasil aceitasse receber as duas principais figuras do regime caído. No entanto, a decisão desagradou a vários setores da esquerda que logo se mobilizaram para atacar a Junta.

A 15 de maio, Spínola tomou posse como Presidente da República numa cerimónia realizada na Sala dos Espelhos do Palácio Nacional de Queluz. No discurso de tomada de posse, aproveitou para defender o deferimento do pedido de Marcello Caetano: “tão pouco será em clima de ódio cego e de obstinação vingativa sobre os responsáveis dos males passados que construiremos a imagem que há de restituir-nos, perante o mundo, o lugar que nos cabe no contexto das Nações.” Entre elogios arrebatados ao MFA – “jamais os portugueses poderão esquecer o verdadeiro alcance da gesta libertadora destes magníficos militares que salvaram o país da tragédia nacional para que se caminhava” – despontavam ideias que colidiam precisamente com as intenções do MFA, em particular quanto ao futuro dos territórios africanos. Ao dizer que “o destino do Ultramar português terá de ser demo-

craticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua”, Spínola desenhava no chão uma linha vermelha que o afastava irremediavelmente da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, a ala política do movimento.

Logo no dia seguinte, a 16 de maio, o Presidente da República empossou o I Governo Provisório. As palavras de António de Spínola, ao afirmar tratar-se de “um governo sem partidos, porque é de todos os partidos; sem tendências, porque nele cabem todas as tendências; sem programa, porque o seu programa é o do Movimento das Forças Armadas”, denotavam alguma esperança. De facto, de falta de representatividade não se podia acusar o primeiro governo formado após o 25 de Abril. Entre os seus elementos mais destacados contavam-se Álvaro Cunhal, Sá Carneiro, líder do recém-fundado PPD, e Pereira de Moura como ministros sem pasta e Mário Soares nos Negócios Estrangeiros, Salgado Zenha na Justiça e Raul Rego na Comunicação Social. Mas era ingénuo pensar que, por ter representantes de vários partidos, seria suprapartidário, ou que a presença de várias tendências o transformaria num espaço convivial da sociedade portuguesa e não num palco onde essas tendências se digladiavam. Já quanto ao programa do MFA, para começo de conversa, Spínola e os oficiais viam nele coisas muito distintas.

Nas ruas, os partidos faziam tudo para que a sua influência junto das populações aumentasse de forma a manobrá-las a seu bel-prazer e de acordo com os seus objetivos. Ainda sem eleições no horizonte, os instrumentos de pressão política eram variados e ganhava quem os soubesse usar melhor e com maior rapidez: greves, manifestações, comícios, grupos de bloqueio nas empresas. O poder não caíra na rua, mas não era muito diferente, uma vez que o MFA liderava agora um

processo revolucionário para o qual queria trazer as massas. Isso significava que a ação do governo, que seria sempre difícil dadas as circunstâncias históricas, seria ainda mais limitada dada a intenção, expressa de forma mais ou menos clara, de o MFA conduzir o processo político.

Na prática, havia dois poderes: o do Governo e o da Comissão Coordenadora, um autêntico “órgão de poder paralelo”. Para limitar a esfera de ação da Comissão, Spínola sugeriu que os seus elementos transitassem para o Conselho de Estado. O coronel Vasco Gonçalves “pareceu ter aceitado a solução”, mas a verdade é que a Comissão Coordenadora se instalou em São Bento. O próprio Costa Gomes, que concordara com a dissolução da Comissão, acabou por instalá-la no Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional. Spínola estava claramente a perder o braço-de-ferro pelo domínio do processo político em curso, mas nada lhe custava mais do que ver o futuro que se desenhava para as colónias portuguesas em África: “Completava o ambiente anárquico o espetáculo diário de indecorosas manifestações de apoio aos movimentos ultramarinos emancipalistas enfeudados a Moscovo, em aviltante atentado à dignidade nacional e ao espírito democrático que enformava o Programa do MFA.”

O homem que poucas semanas antes estava na capa da *Time* como rosto da revolução portuguesa sentia agora o controlo da situação escapar-lhe por entre os dedos. Os ventos não sopravam a seu favor e era mais do que certo naquela altura que, na luta pelo poder, alguém teria de ceder. Apesar dos apoios que ainda mantinha e que lhe tinham permitido chegar aonde chegara, Spínola, primeiro Presidente da República do Portugal democrático, era um homem a enfrentar uma onda imparável. Os planos dos “inimigos” de Spínola

talvez não fossem tão meticulosos e maquiavélicos como este gostava de os imaginar porque ao ampliar o poder do inimigo também ampliava a sua imagem. Eram apenas muito diferentes e esses “inimigos” tinham simplesmente mais e melhores condições para os impor. Não seria um homem a impedi-los.

Spínola era um homem a tentar conduzir um camião vermelho sentado no tejadilho. Cada decisão era uma oportunidade de confronto entre as partes. Foi assim com a escolha das personalidades para o Conselho de Estado. O Presidente da República propôs vários nomes, como o de Freitas do Amaral ou Azeredo Perdigão, mal recebidos pela Comissão Coordenadora que queria preencher as vagas com “elementos progressistas”. No entanto, Spínola não perdia de vista outras manobras para conquistar o ascendente e tentar o controlo da situação. A 29 de maio inicia um périplo pelas principais cidades do país. O ponto de partida é o Porto, onde discursa de improviso lançando um vigoroso alerta contra os excessos revolucionários. Uma sociedade livre e democrática só era possível com “disciplina cívica e respeito mútuo”. As Forças Armadas, que tinham restituído a liberdade ao povo português, estavam minadas por “forças contrarrevolucionárias” apostadas em criar o caos e a anarquia, numa política de “terra queimada”, para depois imporem uma nova ditadura.

O alvo dos discursos que Spínola profere então, como em Évora, a 6 de junho, não podia ser mais claro: “Respeitamos todos os grupos políticos e todas as opiniões; mas respeitamos todos os agrupamentos políticos como fonte de opinião e esclarecimento, e não como fonte de pressão sobre o Povo. [...] Derrubámos uma ditadura; não consentiremos que se instalem em Portugal novos ditadores.” Este rumo de cres-

cente tensão desembocou no que é considerado o primeiro grande confronto entre Spínola e o MFA, num plenário realizado a 13 de junho e agendado a pedido do Presidente da República. Vasco Vieira de Almeida, ministro das Finanças e da Agricultura, e Sá Carneiro, dois dos elementos centristas do governo, traçaram um retrato negro da situação no país, com culpas imputadas ao MFA e à incapacidade de pôr cobro à agitação social. A facção “pró-comunista” do MFA, liderada por Vasco Gonçalves, rebateu as alegações dos ministros que davam a entender que a resolução dos problemas passava pelo reforço dos poderes presidenciais. Para a Comissão Coordenadora, o lugar de Spínola dependia do compromisso que este manifestasse em cumprir o programa do MFA.

Fragilizado na disputa com o MFA, Spínola procura ainda outras saídas. Um dos momentos mais marcantes da sua presidência e uma tentativa de angariar apoios na luta contra a esquerda, foi o encontro com o Presidente dos Estados Unidos da América, Richard Nixon, na Base das Lajes, nos Açores, a 19 de junho. Spínola alerta Nixon para o perigo que naquele momento representa o Partido Comunista, que o Presidente da República diz estar por trás do radicalismo do MFA e da agitação popular. A América era o aliado óbvio, aquele que era preciso aliciar. Se Spínola se apresentasse como a barreira contra o comunismo e todas as consequências que poderiam advir de um regime vermelho no extremo ocidental da Europa, seria mais fácil obter o apoio incondicional de Nixon. Por isso, mostra-se preocupado quanto à ajuda financeira que a União Soviética canaliza para o PCP, sublinha os riscos para Espanha de um triunfo comunista em Portugal e pede ao presidente norte-americano auxílio financeiro e político dos Estados Unidos. Porém, tudo o que

Spínola faz está sob vigilância. Até nos Açores a imprensa dava conta de vários cartazes exibidos, mais a Spínola do que a Nixon: “Lutemos pela democracia popular – não à democracia burguesa”, “Abaixo a exploração capitalista” e “Viva a luta dos povos das colónias e dos trabalhadores portugueses”.

No início de julho, as divergências agudizam-se e avanços inesperados, de uma parte e de outra, resultam na primeira grande crise do regime saído da Revolução. Depois da criação em junho da chamada 5.^a Divisão do MFA, que viria a ser o órgão de propaganda e dinamização cultural da Comissão Coordenadora, Costa Gomes propõe a Spínola a criação de um comando operacional que dependesse diretamente do CEMGFA e que teria como missão a manutenção e o restabelecimento da ordem pública e garantir o exercício da autoridade em situações de emergência. Spínola aprova e também concorda com a nomeação de Otelio Saraiva de Carvalho para seu adjunto, de molde a ter um elemento de ligação com as estruturas revolucionárias. A Junta de Salvação Nacional também deu o seu beneplácito por unanimidade. Estava criado o COPCON – Comando Operacional do Continente.

Enquanto isso, sentindo dificuldades cada vez maiores para atuar num cenário de profunda divisão interna no governo e de caos social, o primeiro-ministro Palma Carlos propõe a Spínola que se aprove uma Constituição provisória e que se avance desde já para a realização de eleições presidenciais. Spínola sabe que isso contraria o programa do MFA, que nunca aceitará nenhuma proposta que vise o reforço dos poderes presidenciais. O MFA não quer um presidente legitimado pelo voto, quer um presidente com a legitimidade que lhe é concedida pelo próprio MFA. A 8 de julho Spínola leva as propostas de Palma Carlos à apreciação do Conselho

de Estado. O alargamento dos poderes do primeiro-ministro é aprovado. A proposta de alteração da Lei Constitucional é chumbada. A 11 de julho, apesar da insistência de Spínola para o demover, Palma Carlos demite-se. Nas suas memórias sobre o período revolucionário Spínola não o assumiu, mas ninguém duvida de que foi ele o cérebro por detrás das propostas presidencialistas do primeiro-ministro.

Cabe a Spínola a tarefa de escolher um primeiro-ministro. Através do almirante Rosa Coutinho, a Comissão Coordenadora sugere o nome do coronel Vasco Gonçalves. Spínola tem dúvidas, mas Costa Gomes tranquiliza-o. Dali não virá problema nenhum, Vasco Gonçalves não está dominado pelo PCP. Spínola não fica convencido e nomeia o tenente-coronel Firmino Miguel, ministro da Defesa no I Governo Provisório e nome que é aceite por Costa Gomes e pela JSN. Mas dias depois é o próprio Firmino Miguel que recusa avançar porque há a ameaça da paralisação da banca se tomar posse. O Presidente da República percebe que a esquerda se mobilizou para pôr no cargo um dos seus homens de confiança e tenta a todo o custo evitá-lo. Chega até a sugerir a Costa Gomes que assuma o cargo, mas nesse momento o CEMGFA já defende abertamente o nome de Vasco Gonçalves e as outras sugestões de Spínola são ignoradas.

A nomeação de Vasco Gonçalves como primeiro-ministro é mais uma batalha perdida para Spínola. Confirma-o assim que o recém-nomeado primeiro-ministro lhe apresenta os nomes para os ministérios. Spínola vê que se perfila no horizonte um governo “de cariz marcadamente comunista”. Vasco Gonçalves diz que não. São todos “independentes”. Até Carlos Carvalhas, que anos depois chegará a secretário-geral do PCP, é apresentado como “independente”. De res-

to, o MFA entra em força no governo perante a impotência de Spínola que vê aqui um “primeiro atropelo ao espírito do seu Programa”. Além de Vasco Gonçalves e de dois ministros sem pasta, “eram militares os titulares da Defesa, Administração Interna, Equipamento Social e Ambiente, Trabalho e Comunicação Social, em significativa expressão de domínio da Comissão Coordenadora”. A 18 de julho de 1974, Spínola, quase resignado, empossou o II Governo Provisório.

Apesar de um período de relativa acalmia na relação com o PCP e a Comissão Coordenadora, começa a tornar-se óbvio que o poder terá de pender para um dos lados: ou Spínola ou o MFA. Não há forma de conciliar os dois projetos para o país e duas conceções tão distintas sobre o caminho político que deve ser trilhado. Como num filme de *cowboys*, o país era pequeno para os dois. No dia em que Vasco Gonçalves foi anunciado como primeiro-ministro, Otelo tomou posse como comandante-adjunto do COPCON e comandante da Região Militar de Lisboa. O cerco apertava-se à volta de Spínola. E, cedo ou tarde, chegaria o momento decisivo.

O 28 DE SETEMBRO

Ação do II Governo Provisório confirmou as suspeitas de Spínola. Vasco Gonçalves estava muito mais ligado ao Partido Comunista do que o presidente alguma vez imaginara. A ala esquerdista do MFA, agora também presente no governo, de facto sentiu o impulso do que tinha sido claramente uma vitória sobre o Presidente da República. E nada representou melhor o triunfo do MFA sobre Spínola do que o processo de descolonização e a forma como foi conduzido. A 26 de julho de 1974 foi promulgada a Lei Constitucional 7/74 que consagrava a descolonização nos termos pretendidos pelo MFA. A Spínola só restava aceitar, como ficou explícito na declaração ao país feita no dia seguinte: “chegou o momento de o Presidente da República reiterar solenemente o reconhecimento do direito dos povos dos territórios ultramarinos portugueses à autodeterminação, incluindo o reconhecimento do seu direito à independência. [...] Estamos prontos, a partir de agora, para iniciar o processo de transferência de poderes para as populações dos territórios ultramarinos reconhecidamente aptas para o efeito, nomeadamente a Guiné, Angola e Moçambique.”

Esta posição oficial e institucional do Presidente da República contrastava com a convicção íntima do general que se batera por um processo de descolonização muito diferente. Aquela comunicação fora redigida numa “hora particularmente sombria da vida do País e teve em vista salvaguardar a honra nacional perante a opinião pública mundial, quando já era evidente a alta traição de certas unidades das Forças Armadas Portuguesas, que, minadas pela ação subterrânea das cúpulas marxistas da Revolução, se conluiaram com os movimentos emancipalistas de obediência comunista, negando-se a continuar a defender os territórios ultramarinos durante o tempo estritamente indispensável para se levar a bom termo as negociações em curso.”

A 10 de setembro de 1974, na tomada de posse do Alto-Comissário de Moçambique, o contra-almirante Vítor Crespo, as palavras improvisadas de Spínola assumiam a derrota da sua visão: “Conhece Vossa Excelência o meu pensamento sobre descolonização, conhece igualmente o pensamento da Frelimo e o do Povo Moçambicano. Conhece, assim, o complexo de condicionalismos que estão na base do desvio que aceitámos da linha do processo de descolonização que idealizámos, desvio que está na origem da incompreensão dos que desconhecem os meandros dramáticos da hora histórica que vivemos.”

O fim estava próximo. Só faltava saber quando se daria a rutura definitiva. Perante o desenvolvimento dos acontecimentos, a posição e a legitimidade enfraquecidas do Presidente, a deficiente autoridade do Estado, a mobilização das massas nas ruas e nas fábricas e o arranque do processo de descolonização, Spínola tira a última carta da manga. Convencido de que há mais povo do que aquele que a esquerda

e, em particular, o PCP conseguem mobilizar, aposta numa manifestação que traga para a rua os seus apoiantes, a “maioria silenciosa” contra a anarquia, os desmandos e os exageros revolucionários, que discordava do rumo de uma revolução que prometera liberdade e que instalara algo próximo do caos. Nas semanas seguintes, o confronto que se formara ao longo de meses, o choque entre as duas visões e os dois projetos para a revolução, iria dar-se.

Segundo Spínola, foi o general Galvão de Melo que o informou que se estava a organizar “uma grande manifestação de apoio ao Presidente da República”, ideia que, disse, não o entusiasmou apesar de reconhecer a “intenção patriótica” que a inspirava. Outros relatos dão conta de que a iniciativa partira do próprio Spínola. Queria ser o De Gaulle português e acabar de vez com a infiltração comunista no MFA. A expressão “maioria silenciosa” já fora usada por Palma Carlos numa entrevista ao *Diário de Lisboa* publicada a 28 de junho, quando ainda era primeiro-ministro: “as maiorias silenciosas têm de sair do seu comodismo ou do seu temor e de se pronunciarem abertamente.”

Depois disso, o próprio Spínola já apelara à “maioria silenciosa”. Fizera-o no discurso da tomada de posse do II Governo Provisório. Aí esboçara o retrato de uma situação que, entretanto, só se agravara: “Ao constatar a perfeita orquestração dos excessos que se repetem por toda a parte; ao constatar ser impossível atribuir a reações espontâneas a inversão de toda a ética a pretexto da liberdade, inversão a que se assiste quotidianamente nas ruas, nas empresas, nas escolas [...] ressaltam à evidência as linhas de força que estão na origem da situação a que urge pôr cobro [...]. Ou a maioria silenciosa deste País acorda e toma a defesa da sua liberdade, ou o 25 de

Abril terá perdido [...] o sentido da gesta heroica de um povo que se encontrou a si próprio.”

Vasco Gonçalves, por seu lado, entendia que naquele clima de agitação social também havia qualquer coisa da gesta heroica do povo. Os excessos eram perdoáveis e naturais num país saído de 48 anos de ditadura. Ao contrário do que pensava Spínola, não punham em perigo a liberdade. Para o MFA, o que ameaçava a liberdade era o movimento em torno do Presidente e a ambição pessoal de Spínola. Por isso a Comissão Coordenadora fez-lhe saber que não via com bons olhos a manifestação que tinha como organizadores além de Galvão de Melo, o coronel Fernando Cavaleiro e o general Almeida Viana, presidente da Liga dos Combatentes, e mobilizara inúmeros partidos e movimentos sociais de direita surgidos no pós-revolução.

Foi Costa Gomes quem transmitiu a opinião da Comissão Coordenadora a Spínola. Este limitou-se a dizer que não tendo sido ele a promover uma iniciativa que não violava as normas estabelecidas não poderia nem deveria impedi-la. A partir dali, os dados estavam lançados para o confronto, com a esquerda a procurar travar por todos os meios a realização da manifestação e Spínola e os seus apoiantes a fazerem tudo para contornar os obstáculos que impediam o que seria a legitimação popular do Presidente da República.

A Liga dos Combatentes de Almeida Viana organizou uma tourada no Campo Pequeno, agendada para o dia 26 de setembro. Era uma primeira oportunidade para Spínola mostrar ao MFA que uma parte do povo estava com ele. Para esse efeito, convidou Costa Gomes e Vasco Gonçalves para assistirem ao espetáculo, sabendo que o ambiente lhes seria adverso, sobretudo a este último. Costa Gomes evitou a ar-

madilha e não apareceu, mas assim que o primeiro-ministro entrou no recinto ouviu insultos e vaias das bancadas. Spínola disse ter ficado desagradado com a reação do público, mas há relatos de que terá dito a Vasco Gonçalves que aquela era a prova de que o povo, afinal, estava do lado do Presidente da República.

Os jornais do dia seguinte falavam na primeira grande ofensiva das “forças negras do fascismo e da contrarrevolução.” Entre as palavras de ordem gritadas pela multidão ouvira-se “Viva Spínola”, “Viva o Ultramar”, “Viva a GNR”, “Abaixo o MFA”. Se à esquerda ainda havia dúvidas quanto à necessidade de impedir a manifestação de apoio a Spínola elas ficaram desfeitas nesse momento. Ainda para mais com rumores a circularem de que estariam a ser distribuídas armas aos civis que viriam participar na manifestação.

O 27 de setembro é o dia decisivo. Numa reunião presidida por Costa Gomes e que conta com a participação dos ministros militares, do COPCON e de membros da 2.^a Divisão do EMGFA, é decidida a detenção de elementos ligados à extrema-direita e, em simultâneo, à organização da manifestação. No mesmo dia, Spínola, em reunião da Junta de Salvação Nacional que convocara, propõe a demissão de Vasco Gonçalves, “por manifesta inoperância do Governo.” Costa Gomes trava precipitações e sugere uma reunião da JSN com a Comissão Coordenadora no dia seguinte.

Ainda no dia 27, Spínola preside a um Conselho de Ministros onde elege como alvo o PCP. Afirma que a maioria da população duvida do caráter nacional do partido, que este era nitidamente totalitário e que incitava as massas contra os empresários com a intenção de paralisar a economia. De todos os membros do governo, apenas três – Almeida Santos,

Firmino Miguel e Sanches Osório – concordam com a análise de Spínola sobre o papel do Partido Comunista. O Presidente alerta Vasco Gonçalves para a existência de barricadas erguidas nos acessos a Lisboa, que terão de ser desmanteladas visto que o governo aprovou a realização da manifestação. No final do dia, Spínola chama Otelo Saraiva de Carvalho, o comandante do COPCON, a Belém, para lhe retirar o comando e entregá-lo ao CEMGFA, Costa Gomes. Para poder manobrar à vontade, Spínola retém Otelo no Palácio de Belém, situação que só se altera na madrugada de 28, quando a possibilidade de várias unidades militares avançarem para resgatar Otelo é bastante real.

A Comissão Coordenadora do MFA domina a situação e aproveita para impor condições a Spínola para que este se mantenha na Presidência da República, nomeadamente a demissão de alguns elementos da JSN e o afastamento do próprio Spínola da esfera de ação do governo. Spínola reage pretendendo que fossem adotadas medidas de exceção – que fosse declarado o estado de sítio e Freitas do Amaral, chamado pelo Presidente, chega a redigir um decreto nesse sentido – para que as Forças Armadas assumissem o controlo da situação, mas apercebe-se de que não tem força para as impor. Costa Gomes diz-lhe que, ao contrário do que sugere Spínola, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves não irá apresentar a demissão. Quando o CEMGFA o informa de que “não se responsabilizaria pela manutenção da ordem pública sem o apoio das brigadas populares”, ou seja, que as Forças Armadas não estão disponíveis para desmantelar as barricadas, Spínola, ao início da tarde, emite um comunicado a indicar que a realização da manifestação não é conveniente. Pouco depois, é o MFA que proíbe a manifestação.

Spínola percebe que, agora sim, o fim da linha está próximo. A 29 de setembro, na continuação da reunião entre a JSN e a Comissão Coordenadora iniciado no dia anterior, o tenente-coronel Franco Charais entrega ao Presidente da República um esquema de reestruturação das Forças Armadas, “um decalque do sistema soviético”, e diz-lhe que era altura de tomar “medidas que assegurassem a continuidade da Revolução”. Garante também, para que não restem dúvidas, de que o MFA está em condições de lançar uma segunda revolução. A intenção dos militares é óbvia: evitar a demissão do primeiro-ministro, a favor da qual se pronunciara a JSN, e o ataque spinolista à Comissão Coordenadora que passava igualmente pelo afastamento de Otelo Saraiva de Carvalho do COPCON.

Perante tais evidências, Spínola conclui que o seu poder era inexistente e que “continuar em tais condições seria colaborar na traição à Pátria e ao Povo Português.” Ainda pensa em solicitar a intervenção da NATO, alegando que “haveria armas estrangeiras em mãos de civis”, mas já está tudo decidido. A 30 de setembro de 1974, uma segunda-feira, António de Spínola apresenta a renúncia ao cargo de Presidente da República. De uma manifestação que se previa de apoteótica legitimação do velho general à renúncia foram poucos dias. Mas dias dos mais importantes na vida pública e no trajeto político de Spínola.

Antes de abandonar o Palácio de Belém pela última vez lançou o apelo para que “cada português conserve a necessária serenidade de espírito, se mantenha em paz, confie na força do voto secreto, a grande arma democrática dos homens ordeiros e livres, e jamais consinta que a sua consciência seja violada.” A 1 de outubro, o general Costa Gomes torna-se o

RETRATOS POLÍTICOS II

segundo homem a ocupar o cargo de Presidente da República após o 25 de Abril.

O ÚLTIMO GOLPE

A pesar da renúncia à Presidência da República, Spínola não tinha sido neutralizado. Continuava a ser um ator determinante no palco político do Portugal revolucionário. Tinha muitos apaniguados, dentro e fora do setor militar, dispostos a pegar em armas e efetuar um golpe que afastasse o MFA e o reinstalasse no poder. Os seus adversários, sobretudo os mais moderados, sabiam disso. Não convinha hostilizar Spínola. A sua renúncia não podia ser vista como uma declaração de guerra. Refugiado na quinta do irmão em Massamá, no dia 7 de outubro, Spínola almoçou com Costa Gomes, que lhe dedicara um extenso elogio na tomada de posse e reafirmara os laços de amizade que os uniam, num encontro muito publicitado pela imprensa. Ninguém queria acicatar os ânimos.

Ou quase ninguém. Após o fim de um breve período de nojo, o MFA e o Partido Comunista, que tinham saído claramente por cima da crise do 28 de setembro, lançaram uma ofensiva contra Spínola. Otelo, Vítor Alves e até Álvaro Cunhal foram duros nas considerações sobre o papel que Spí-

nola desempenhara durante aqueles meses após o 25 de Abril em que ocupara a Presidência da República. A barragem do rancor acumulado ao longo de um período de enorme tensão, em que muita coisa ficara por dizer para que se evitasse um confronto aberto, ruiu com estrondo. E, na verdade, à esquerda havia o receio de que Spínola e os spinolistas não ficassem sossegados durante muito tempo. A melhor forma de o tornar inofensivo era alertando o povo para o facto de à volta do general se terem concentrado todas as forças reacionárias e conservadoras. Afirmou-o perentoriamente Álvaro Cunhal no Congresso do PCP realizado a 20 de outubro: “Em todos os casos, quando o nosso exame seguia a pista da conspiração, éramos conduzidos invariavelmente para Belém.”

Com Spínola na reserva desde 16 de novembro, consequência de um decreto-lei que foi interpretado como uma forma de limitar a influência de certas figuras militares, nos meses seguintes o país assistiu a uma troca pública de acusações, em entrevistas, artigos de opinião e conferências de imprensa, entre o antigo Presidente e o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, com a Comissão Coordenadora a entrar igualmente na discussão. Spínola ainda acreditava que tinha uma palavra a dizer e que muitos portugueses o queriam ouvir. Em suma, acreditava que o seu tempo na política ainda não terminara. Já o MFA, depois de vencer as batalhas políticas com Spínola, queria inutilizá-lo politicamente, pois sabia que, caso o antigo Presidente concorresse às eleições, como líder de um partido ou para regressar a Belém, seria um adversário incómodo.

E esse adversário estava pronto para o combate. Quem o escreveu foi Marcelo Rebelo de Sousa, à época no *Expresso*, que entrevistou Spínola para o semanário no início de janei-

ro de 1975, afirmando que era “um político que teve tanto de carisma e coragem, como teve de falta de senso político e que quer um segundo *round* para a desforra.” A entrevista era um longo programa político e de intenções quanto ao futuro do país. Ninguém que estivesse resignado a ficar na sombra, convicto de que já cumprira a sua missão, faria uma análise tão pormenorizada dos perigos que ameaçavam o país, pon-do acima de todos o de o entusiasmo popular com a revolução desembocar numa ditadura de sentido contrário à que dominara Portugal durante quase cinquenta anos.

Do ponto de vista partidário, Spínola mantinha todas as opções em aberto, com vias de comunicação permanentes com PS, PPD e CDS. O regresso político de Spínola parecia o cenário mais provável, apesar de o spinolismo não estar morto entre os militares. O desfecho do 28 de setembro embriagara o setor mais radical do MFA, que encaminhou o país para uma deriva esquerdista, com proibição de partidos e detenção de elementos da direita, que desagradou aos mais moderados. E desagradou ainda mais à extrema-direita, que nunca se revira nas posições de Spínola e que também fazia as suas movimentações. A criação do Exército de Libertação Português, no início de janeiro de 1975, era a demonstração de que havia outras forças, com mais ou menos capacidade, a considerar na equação política do país. Embora o substrato já existisse, a guinada radical do 28 de setembro foi o motor deste e de outros movimentos à direita que surgiram na altura.

A extrema-direita nunca estivera alinhada com Spínola, mas sabia que o nome do general ainda tinha peso. A figura do antigo Presidente da República podia ser instrumental para alcançar o objetivo de travar a esquerda revolucionária, nem que fosse através de um golpe militar. Em fevereiro,

circulavam rumores de que a direita preparava uma revolta que teria como líderes Spínola, Kaúlza de Arriaga e Galvão de Melo. Os moderados preferiam que a situação se definisse nas eleições e acreditavam que uma intervenção desse tipo só se justificaria se o Partido Comunista sabotasse ou bloqueasse o processo eleitoral. Spínola estava inquieto. Receava que a excessiva moderação esgotasse a capacidade de ação dos setores que ainda o apoiavam.

Para aumentar a inquietação contribuíram os rumores de um lado e do outro do espectro político. Se a esquerda falava de um possível golpe da extrema-direita, a extrema-direita, nomeadamente o ELP, através de elementos que se tinham exilado em Espanha, garantia que o MFA, com o apoio da LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária), planeava uma operação, com a designação de “Matança da Páscoa”, para eliminar cerca de 500 oficiais e mil civis ligados à direita. Havia quem duvidasse da veracidade do plano e que atribuisse a origem do rumor ao Partido Comunista para fazer avançar os spinolistas. Seria, na prática, uma armadilha.

Se era uma armadilha, Spínola caiu nela com estrondo. Com a informação de que a “Matança da Páscoa” estava programada para a noite de 12 para 13 de março, o general partiu para Tancos no dia 10 para liderar um golpe que vinha sendo preparado. A prova de que, do seu lado, nem todos eram partidários de uma ação semelhante é que alguns dos seus homens mais próximos, como Manuel Monge e Almeida Bruno, foram excluídos do plano. Na noite de 10 de março, disfarçado com uma barba postiça, Spínola entrou na Base de Tancos.

Horas depois, deveriam partir para Lisboa o Regimento de Comandos e a Escola Prática de Cavalaria, mas ao início da

madrugada já todos estavam cientes de que não havia plano nenhum e que o imprevisto reinava. Mesmo após o ataque da aviação e perante a iminência do desastre, às 11h45 daquela terça-feira, os paraquedistas desembarcaram para tomar o Regimento de Artilharia Ligeira 1, que deveria ser o centro do ataque, pois julgava-se que partiria daí a “Matança da Páscoa”, mas foram rapidamente derrotados pelas forças que protegiam o local. Como as restantes unidades, como a EPC, não saíram, por volta das 14h30 os paraquedistas já tinham deposto as armas. O golpe do 11 de Março fracassara.

Por volta das cinco da tarde, em Tancos, Spínola é aconselhado a ir de helicóptero para Espanha. É isso que faz. Poucas horas depois, quatro helicópteros da Força Aérea Portuguesa aterraram na Base de Talavera la Real, nos arredores de Badajoz. António de Spínola, acompanhado pela mulher, abandonava, sem honra nem glória, o país pelo qual se tinha sacrificado, pelo qual tinha combatido nas matas de Angola e da Guiné, pelo qual lutara como nunca naqueles meses após a revolução. Fora empurrado, não se sabe por que forças, para um golpe ridículo, planeado de forma amadora, sem a mínima hipótese de sucesso.

Continuaria convencido de que fora vítima de uma armadilha comunista: “O ‘golpe de março’ não foi um golpe de Estado, nem sequer uma tentativa. Os acontecimentos desse dia nasceram de uma provocação habilmente montada pelo Partido Comunista Português em colaboração com os serviços secretos soviéticos.” De uma maneira ou outra, o velho general ficava fora de jogo, uma peça caída no xadrez do Portugal revolucionário. Nessa noite, a casa de Spínola, na Rua Rafael de Andrade, foi invadida e saqueada por elementos da UDP.

SPÍNOLA NO EXÍLIO

De certo modo, a vida política de António de Spínola, iniciada no dia 20 de maio de 1968, quando tomou posse como governador da Guiné e comandante-geral das Forças Armadas naquele território, terminou no dia 11 de março de 1975. Naqueles quase sete anos a História acelerou e, de militar respeitado pelas suas façanhas, de político admirado pelas nações pelas suas propostas, Spínola tornou-se num pária. No dia 14 de março, seguiu num voo comercial da Iberia para o Brasil, mas não teve luz verde das autoridades brasileiras para desembarcar. O avião partiu para Buenos Aires e na capital argentina ocorreram negociações com o embaixador do Brasil na Argentina. Spínola e a sua comitiva só teriam asilo no Brasil se se comprometessem a não prosseguir quaisquer atividades políticas. O acordo foi fechado e a 15 de março Spínola desembarcou em São Paulo. Dias depois, instalou-se no Rio de Janeiro, como era a sua intenção inicial.

No final desse mês, o entretanto criado Conselho da Revolução decidiu expulsar António de Spínola das Forças Armadas devido ao seu envolvimento na tentativa de golpe de 11

de março. A implicação de Spínola nos acontecimentos ficou provada no inquérito realizado pelo MFA e divulgado dois dias antes das eleições agendadas para o primeiro aniversário da revolução, um texto da responsabilidade da 5.^a Divisão do MFA que Spínola classificaria de “vergonhoso e falso”. No entanto, nem essas conclusões nem o compromisso de não se envolver em atividades políticas durante o exílio no Brasil travaram Spínola, que acreditava ainda ter uma palavra a dizer quanto ao futuro político de Portugal. A vitória do Partido Socialista nas eleições para Assembleia Constituinte a 25 de abril de 1975 e a votação expressiva no PPD não o tranquilizavam.

A 18 de agosto de 1975 escreveu uma carta aberta ao Presidente Costa Gomes: “Senhor General: é tarde já para lhe dirigir um apelo. A situação apresenta-se clara. O atual rumo político do País é irreconciliável com a Democracia. Temos de pacificar Portugal com base na autoridade consentida e na manifesta vontade do seu povo. Nesta hora de orgulho pelo sublime exemplo de combatividade e de espírito patriótico demonstrados pelo nosso martirizado povo, lanço um apelo aos valentes combatentes civis e aos meus irmãos de armas, a que junto todos os portugueses de dentro e fora do País, para que nos unamos em volta do “Movimento Democrático de Libertação de Portugal”, que se propõe reconstruir a Pátria com base na reconciliação de todos os portugueses, na liberdade, da dignidade e na justiça.”

O MDLP, criado em maio de 1975 por exilados portugueses em Madrid, pretendia ser uma frente de resistência para inverter a situação política em Portugal sob a liderança de Spínola. Este movimento político era visto como reação aos avanços e aos excessos da esquerda revolucionária: “pratica-

mente, foram os revolucionários de esquerda que fundaram o MDLP, quando assaltaram a sede do Partido do Progresso em 28 de setembro, e quando iniciaram a perseguição policial aos seus militantes.” Numa entrevista concedida à Associated Press, no Rio de Janeiro, em agosto, quando em Portugal se vivia o “Verão Quente”, Spínola apresentou o movimento e enunciou os seus objetivos: “é uma frente unitária de resistência e combate à ditadura marxista instalada no meu País.” O MDLP, informava Spínola, atuava no interior do país e desenvolvia a sua atividade em circunstâncias muito difíceis visto que não eram dadas “condições de livre expressão política a quantos discordem do atual regime.” Acrescentava que o movimento defendia a “instauração de um regime democrático, do tipo ocidental”, onde fossem “salvaguardadas as liberdades”.

A imprensa portuguesa dizia que, com a carta aberta a Costa Gomes e as entrevistas a órgãos de comunicação estrangeiros, Spínola prosseguia a sua cruzada e que continuava a ver-se como um “Messias”. O porta-voz da Embaixada de Portugal no Brasil também reagiu à publicação da carta de Spínola e às várias entrevistas que concedeu: “Haverá ainda a lamentar que o sr. Spínola, esquecendo-se das suas possibilidades e abusando da hospitalidade e facilidades que lhe foram oferecidas pelo Governo brasileiro, abandone o seu estatuto de asilado político e mantenha iniciativas políticas, como esta e outras que ultimamente vem tomando [...]. Do mesmo modo, a referência à criação de um pseudomovimento político de que, certamente, seria líder, poderá criar maiores dificuldades às relações entre Portugal e o Brasil.” Mas as autoridades brasileiras optaram por não reagir à carta enviada por Spínola visto que, o facto de a dirigir ao Presidente do

seu país, não constituía uma violação das condições de asilo. Porém, a Presidência da República respondeu à missiva de Spínola perguntando-lhe porque é que, acreditando ele que o Presidente da República poderia conduzir o povo, não o tinha feito no período em que ocupara o cargo? Costa Gomes denunciava o anticomunismo de Spínola e que por isso não compreendia como é que aceitara que os comunistas integrassem o I Governo Provisório. Esse anticomunismo tornava vãs as promessas de, com o seu MDLP, trabalhar para a reconciliação de todos os portugueses, perguntando-lhe o que faria ele com os comunistas autênticos e convictos. Concluía a resposta com uma sugestão: Spínola que servisse o povo “não perturbando os caminhos que este deseja seguir”.

Spínola respondeu a todas as acusações de Costa Gomes num entrevista dada a um jornalista francês. Assistia com grande preocupação aos desenvolvimentos em Portugal e quanto às divergências no seio do MFA, quando já tinha sido divulgado o “Documento dos Nove”, afirmava que exprimiam “simplesmente a luta pelo poder entre facções do mesmo sistema. Umam querem implantar uma ditadura comunista depressa e já. Outras querem atingir o mesmo objetivo mas mais devagar. Ora, o povo português já demonstrou que não quer viver num regime comunista nem depressa nem devagar, ou melhor, nem já nem nunca.” Quanto a ser apodado de fascista, não se incomodava: “Mário Soares é tratado por fascista pelos órgãos do Partido Comunista Português. Álvaro Cunhal é fascista para os socialistas portugueses. [...] Pela minha parte, não me sinto diminuído em ser chamado fascista pelo Partido Comunista Português por ter lutado denodadamente pelo estabelecimento de uma democracia pluralista em Portugal.”

Numa altura em que os ataques às sedes do Partido Comunista se multiplicavam por todo o país, Spínola enquadrava e justificava a violência: “se não são dadas possibilidades às massas populares de se manifestarem pacífica e ordeiramente contra a violência praticada contra elas, outro caminho não lhes resta senão o de responder à violência comunista com a violência anticomunista.” As suas palavras foram entendidas como uma incitação à insurreição e à violência. Na verdade, não fora o MDLP a desencadear os ataques sucessivos às sedes dos partidos de esquerda e de sindicatos verificados no verão de 75 sobretudo no norte do país. Esse “mérito” pertencia ao movimento Maria da Fonte, organizado, entre outros, por Paradela de Abreu, com o apoio logístico da Igreja Católica, mas o MDLP colaborou ativamente desde o início com as ações concertadas de violência, embora a figura de Spínola estivesse longe de recolher o apoio da maioria dos elementos daquele movimento.

Com a queda do V Governo Provisório de Vasco Gonçalves e, sobretudo, com o 25 de Novembro, a possibilidade de instauração de uma ditadura comunista ficou praticamente afastada. No entanto, Spínola, no início de 1976, entendia que o processo iniciado naquela data não estava suficientemente consolidado para que o MDLP se extinguísse, embora no fim da vida dissesse que decidira a extinção do movimento logo após o 25 de Novembro. Ainda não estavam criadas as “condições técnicas” de forma a garantir o funcionamento da democracia em Portugal. Porém, dentro do movimento havia quem olhasse para o 25 de Novembro ainda com mais desconfiança: tinha sido um golpe de comunistas contra comunistas, mais concretamente dos comunistas contra a extrema-esquerda, e a situação ainda ficara pior: “isso é só para

enganar o povo e apaziguar as desinteligências. Aos comunistas interessa agora ficarem quietos e na sombra, dando a impressão de recuarem, não obstante manterem intactas as suas bases distribuídas no poder.” O movimento continuava a deixar em aberto a possibilidade de um golpe de Estado, de uma invasão de forças spinolistas a partir de Espanha, um cenário que nunca foi admitido pelo próprio Spínola, que, à medida que o tempo passava, ia-se mostrando mais conformado e, de certa forma, satisfeito com o rumo dos acontecimentos.

O clima começava a ser favorável a um regresso de Spínola ao país quando, em abril de 1976, o *Diário Popular* divulgou os pormenores do que ficou conhecido como o “escândalo Wallraff”. Günter Wallraff, um jornalista alemão ligado à extrema-esquerda, depois de passar uma temporada em Portugal, tinha realizado uma investigação jornalística que provava a existência de uma conspiração da direita para levar a cabo um golpe de Estado. À frente dessa conspiração estava António de Spínola. Havia gravações do antigo general num restaurante de Dusseldorf a negociar o apoio logístico e financeiro com um suposto representante da extrema-direita alemã que era, afinal, Wallraff.

Com o impacto das notícias sobre o escândalo, Spínola, que se encontrava na Suíça, teve de regressar ao Brasil. Pouco depois, anunciava a suspensão das atividades do MDLP, cuja extinção foi efetivada no final de abril. Estava desimpedido o caminho para o regresso à pátria, embora houvesse a possibilidade de ter de responder perante a justiça devido ao envolvimento no 11 de março. O regresso deu-se a 10 de agosto de 1976. Spínola desembarca no Aeroporto da Portela às 8h45 e é conduzido de imediato por elementos da PSP e do

Estado-Maior do Exército ao Forte de Caxias onde é ouvido por um juiz e um escrivão da Polícia Judiciária Militar.

Sobre o regresso de Spínola a Portugal, o Presidente da República recentemente eleito, o general Ramalho Eanes, e o primeiro-ministro Mário Soares, que chefiava o primeiro governo constitucional que tomara posse em julho, foram pragmáticos, apesar de alguns reparos do socialista à oportunidade escolhida por Spínola: o ex-general era um cidadão português como outro qualquer e seria a justiça a apreciar o seu caso. Spínola, que veio num voo de Nova Iorque, diria mais tarde que antes de embarcar falou com Ramalho Eanes para preparar o seu regresso.

Já a esquerda continuava a vê-lo como um inimigo. A Intersindical manifestou “o mais vivo repúdio pela presença em Portugal de um criminoso da índole do ex-general Spínola”, o PC, sempre cauteloso, começou por se dizer profundamente preocupado, reforçando o tom da contestação nos dias seguintes, a UDP classificava o regresso como um insulto ao povo português. Dois dias depois da chegada a Lisboa, António de Spínola abandonou o Forte de Caxias. Era um homem livre. E derrotado.

EPÍLOGO

Nos anos seguintes, António de Spínola publicou vários livros, como *Ao Serviço de Portugal* e *País sem Rumo*, em que coligia discursos, entrevistas e artigos de opinião para fazer um balanço da sua atividade política e para que essa história não fosse contada unicamente pelos vencedores. Numa coisa tinha vencido. A investigação ao seu envolvimento no 11 de março fora fechada sem que tivesse sido deduzida qualquer acusação. Os factos apurados determinaram que fosse ilibado sem ter de ir a julgamento.

Em fevereiro de 1978 foi reintegrado nas Forças Armadas, tendo passado à situação de reserva no mês seguinte. Em abril de 1980, ao completar 70 anos, o limite de idade, passou à reforma. Nessa noite, num jantar de homenagem ao qual compareceram Palma Carlos, Almeida Santos e Lucas Pires e, entre os militares, os fiéis Almeida Bruno e Firmino Miguel, Spínola afirmou que transpunha a “fronteira dos 70 anos de cabeça levantada e de consciência tranquila.”

Promovido a marechal pelo Conselho da Revolução, em dezembro de 1981, requer a revogação da decisão ao Presi-

dente da República, Ramalho Eanes, mas este, a 3 de fevereiro de 1982, confirma a promoção, embora Spínola se recuse a receber o bastão de marechal. Em 1984, preside às comemorações do 10.º aniversário do 25 de abril. Já com Mário Soares na Presidência da República, é-lhe concedida a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, a mais importante Ordem Honorífica do país, e é nomeado chanceler das Antigas Ordens Militares. É ainda das mãos de Mário Soares que recebe finalmente o bastão de marechal a 6 de novembro de 1991.

Enquanto a saúde lho permitiu continuou a montar a cavalo, uma das suas grandes paixões. Manteve-se, contudo, afastado da vida política ativa. Na última entrevista que deu, publicada em 1994 pelo jornal *Expresso*, reafirmava que o maior sucesso político da sua vida tinha sido a colaboração para que os objetivos supremos do 25 de Abril fossem alcançados: a restituição da liberdade e da democracia ao povo português. Pouco mais de dois anos após a publicação dessa entrevista, a 13 de agosto de 1996, António de Spínola morreu de uma embolia pulmonar no Hospital Militar, em Lisboa. Tinha 86 anos.

CRONOLOGIA

**11 ABRIL
1910**

António Sebastião Ribeiro de Spínola nasce em Estremoz, na freguesia de Santo André.

1920

Ingressa no Colégio Militar.

1928

Conclui os estudos no Colégio Militar. É promovido a 1.º sargento-cadete no Regime de Cavalaria 4 e matricula-se na Escola Politécnica, onde termina os estudos preparatórios militares.

1930

Entra para a Escola do Exército e opta pela Arma de Cavalaria.

**18 AGOSTO
1932**

Casa-se na Igreja dos Anjos com Maria Helena Martin Monteiro de Barros, filha de um oficial do Exército, João de Azevedo Monteiro de Barros, e de cujo irmão era amigo desde os tempos do CM.

1933

Termina o curso de Cavalaria da Escola do Exército e é colocado no regimento de Cavalaria 7.

1933

Frequenta o tirocínio da Arma na Escola Prática de Cavalaria de Torres Novas. É promovido a alferes. Concluído o tirocínio, regressa à Cavalaria 7 como instrutor com a especialidade de transmissões.

1937

É promovido a tenente.

1939

É nomeado ajudante-de-campo do sogro, que era comandante-geral da GNR. É um dos fundadores da renovada *Revista da Cavalaria*, na qual colabora nos anos seguintes com vários artigos.

1941

Viagem de estudo à Alemanha, onde visita a Escola de Carros de Combate, a Escola de Equitação e a frente germano-russa em Leninegrado.

1943

Após a morte do sogro, é colocado como adjunto do comando no Regimento de Lanceiros 2.

1944

É promovido a capitão e assume o comando do 2.º esquadrão de Lanceiros 2. Regressa à GNR, onde passa a comandar o 4.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria, na Ajuda.

1945

É chamado para o Ministério da Guerra. Dois meses depois é mobilizado para os Açores, onde desempenha funções no Estado-Maior do respetivo Comando Militar. No final do ano, de volta ao continente, reassume o comando do 4.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria.

1947	Visita de estudo à Guarda Civil Espanhola enquanto comandante do 4.º Esquadrão do regimento de cavalaria da GNR.
1948	Recebe o grau de Oficial da Ordem Militar de Avis.
1953	Convidado para a Comissão de Regulamentos da Arma de Cavalaria.
1955	É nomeado ajudante-de-campo do comandante-geral da GNR, Afonso Botelho. Integra o Conselho de Administração da Siderurgia Nacional, ao qual preside o industrial António Champalimaud.
1956	Após frequentar o curso para oficial superior, é promovido a major e regressa ao regimento de Cavalaria da GNR, onde desempenha as funções de adjunto do Comando.
1958	Regressa ao Regimento de Lanceiros 2 como comandante do 2.º Grupo de Esquadrões. Mais tarde, será nomeado segundo-comandante e, finalmente, comandante do Regimento de Lanceiros 2.
1959	Condecorado com o grau de Comendador da Ordem Militar de Avis.
1961	Após a tentativa fracassada de golpe do ministro da Defesa, Júlio Botelho Moniz, escreve uma carta a Salazar em que alerta o Presidente do Conselho para a necessidade de renovação do regime.

1961	É promovido a tenente-coronel. Com o início da Guerra Colonial, embarca como voluntário para Angola, à frente do Batalhão de Cavalaria 345.
1963	Recebe, em Luanda, das mãos do presidente da República, Américo Tomás, a Medalha de Prata de Valor Militar com Palma. É promovido a coronel. Pede autorização superior para continuar a comandar o Batalhão de Cavalaria 345 até ao final da comissão.
1964	Termina a sua comissão e regressa a Lisboa em março. É nomeado para a Direção de Arma de Cavalaria, que acumula com a chefia do serviço de Preboste, órgão central de direção da Polícia Militar.
1965	Frequenta o Curso de Altos Comandos que termina no ano seguinte com a classificação de “muito apto”.
1966	Regressa à direção da Arma de Cavalaria. É promovido a brigadeiro.
1967	É nomeado segundo-comandante-geral da GNR.
1968	É nomeado por Salazar governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné. A 20 de maio toma posse e parte para Bissau quatro dias depois.
1969	É promovido a general.

1970

Publica *Por uma Guiné Melhor*, livro que compila discursos e entrevistas onde expõe as suas ideias para a província. Em novembro, lança a *Operação Mar Verde* com o intuito de destruir as bases do PAIGC na Guiné-Conacri e libertar prisioneiros de guerra portugueses. A operação resultará no grave incidente diplomático.

1972

É reconduzido nas funções de governador da Guiné e comandante-chefe das Forças Armadas naquele território. Encontro com o Presidente do Senegal, Leopold Senghor, visando negociações de paz com o PAIGC. Marcello Caetano ordena o fim de todas as conversações. Amílcar Cabral, líder do PAIGC, propõe encontrar-se com Spínola em território português, eventualmente em Bissau. Marcello Caetano proíbe qualquer negociação com o PAIGC.

1973

Morte de Amílcar Cabral em janeiro, em Conacri, assassinado por elementos do PAIGC. Spínola é agraciado com a mais alta condecoração do Estado português: a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, com o grau grande-oficial. Não aceita ser reconduzido no cargo de governador da Guiné. Regressa a Lisboa. Cessa as funções de governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné a 14 de setembro. Declina o convite de Marcello Caetano para o cargo de ministro do Ultramar.

**JANEIRO
1974**

É promovido a general de quatro estrelas e toma posse como vice-chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, cargo criado à medida.

**22 FEVEREIRO
1974**

Publica *Portugal e o Futuro*, em que apresenta as suas ideias para a questão colonial em colisão com a política oficial do governo.

**5 MARÇO
1974**

Marcello Caetano discursa na Assembleia Nacional para refutar as teses federalistas.

**14 MARÇO
1974**

Spínola e o general Costa Gomes, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, recusam-se a participar numa reunião de apoio dos generais ao governo, grupo que ficará conhecido como “brigada do reumático”. Ambos são exonerados no dia seguinte.

**16 MARÇO
1974**

Tentativa de golpe de Estado levada a cabo por oficiais “spinolistas”. O “Golpe das Caldas” fracassa e os conspiradores são detidos e enviados para a prisão da Trafaria.

**25 ABRIL
1974**

Revolução militar do Movimento das Forças Armadas. Spínola é chamado ao Quartel do Carmo para aceitar a rendição de Marcello Caetano. Preside à Junta de Salvação Nacional.

**26 ABRIL
1974**

Dirige-se ao país pela televisão para apresentar o programa do MFA e a Junta de Salvação Nacional.

**15 MAIO
1974**

Toma posse como Presidente da República no Palácio de Queluz.

**29 MAIO
1974**

Inicia um périplo pelas principais cidades do país para apelar ao fim da anarquia e do caos.

19 JUNHO 1974	Encontro com o presidente norte-americano, Richard Nixon, na Base das Lajes.
SETEMBRO 1974	Promove a realização de uma manifestação de apoio ao Presidente da República em choque com o MFA.
28 SETEMBRO 1974	A chamada manifestação da “maioria silenciosa” é proibida pelos setores mais radicais do MFA. Spínola tenta declarar o estado de sítio, mas o MFA controla a situação.
30 SETEMBRO 1974	Renuncia à Presidência da República.
11 MARÇO 1975	Lidera uma tentativa de golpe de Estado e, com o fracasso do golpe, foge num helicóptero da Força Aérea para Espanha.
15 MARÇO 1975	Exilado no Brasil.
25 MARÇO 1975	É expulso das Forças Armadas pelo Conselho da Revolução.
MAIO 1975	É criado o Movimento Democrático de Libertação de Portugal, liderado por Spínola, para travar a deriva esquerdista da revolução.
1976	Após o 25 de Novembro de 1975, a ameaça de uma ditadura comunista em Portugal diminui. Spínola extingue o MDLP em abril.

**10 AGOSTO
1976**

Regressa a Portugal. Ao desembarcar na Portela é detido e levado para o Forte de Caxias para ser ouvido pelo seu envolvimento no 11 de Março. É libertado dois dias depois.

**27 FEVEREIRO
1978**

É reintegrado nas Forças Armadas. Passa à reserva no mês seguinte.

**11 ABRIL
1980**

Passa à reforma por ter atingido o limite de idade, 70 anos.

**DEZEMBRO
1981**

Promovido a marechal pelo Conselho da Revolução. Spínola requer a revogação da decisão ao Presidente Ramalho Eanes.

**3 FEVEREIRO
1982**

Ramalho Eanes confirma a promoção de Spínola a marechal.

**25 ABRIL
1984**

Preside às comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril.

**4 FEVEREIRO
1987**

Recebe do Presidente da República, Mário Soares, a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada. No dia seguinte, é feito chanceler das Ordens Honoríficas Militares.

**6 NOVEMBRO
1991**

Recebe o bastão de marechal.

**13 AGOSTO
1996**

Morre em Lisboa, aos 86 anos.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, José Freire, *A Guerra de África: 1961-1974*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- Carvalho, Otelo Saraiva de, *Alvorada em Abril* (vols. I e II), Lisboa, Publicações Alfa, 1991.
- Castaño, David, *Mário Soares e a Revolução*, Lisboa, 2013.
- Catarino, Manuel e Assor, Miriam, *Spínola – Senhor da Guerra*, Lisboa, Presselivre, 2010.
- Dugos, Carlos, *M.D.L.P. – E.L.P. – O que são?*, Lisboa, Edições Acrópole, 1976.
- Mailer, Phil, *Portugal: A Revolução Impossível?*, Lisboa, Antígona, 2018.
- Mateus, Dalila Cabrita e Mateus, Álvaro, *Angola 61 – Guerra Colonial: Causas e Consequências*, Lisboa, Texto Editores, 2011.
- Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar – Uma Biografia Política*, Lisboa, Dom Quixote, 2010.
- Morais, Carlos Alexandre de, *António de Spínola: O Homem*, Lisboa, Editorial Estampa, 2007.

RETRATOS POLÍTICOS II

Ramos, Rui (coord.), Sousa, Bernardo Vasconcelos e Monteiro, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

Rezola, Maria Inácia, *António de Spínola: Fotobiografias Século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

Rodrigues, Luís Nuno, *Spínola - Biografia*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

Ruivo, Franciso Bairrão, *Spínola e a Revolução – do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*, Lisboa, Bertrand, 2015.

Spínola, António de, *Por uma Guiné Melhor*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970.

Spínola, António de, *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional*, 3.^a edição, Lisboa, Arcádia, 1974.

Spínola, António de, *País sem Rumor: Contributo para a História de uma Revolução*, Lisboa, Scire, 1978.

Spínola, António de, *Ao Serviço de Portugal*, 2.^a edição, Lisboa, Ática/Bertrand, 1976.

Fontes:

Arquivos RTP

Correio da Manhã

Diário de Lisboa

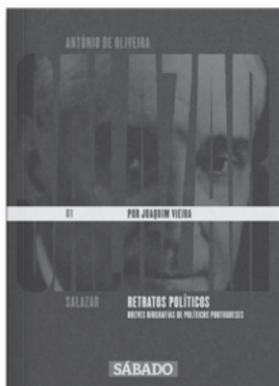
Diário de Notícias

Expresso

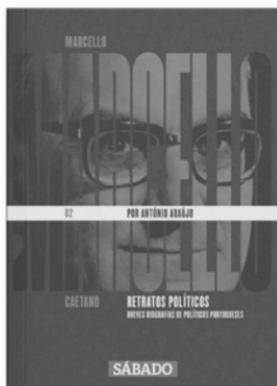
Revista da Cavalaria

Bruno Vieira Amaral nasceu em 1978. Colabora com a revista *Ler*, o *Expresso* e a *Rádio Observador*. Estreou-se com o ensaio *Guia para 50 Personagens da Ficção Portuguesa*, em 2013, editado pela Guerra e Paz. O seu primeiro romance, *As Primeiras Coisas* (Quetzal, 2013), foi distinguido com o Prémio PEN Clube Narrativa, Prémio Literário Fernando Namora, Prémio Time Out e Prémio Literário José Saramago, em 2015. Em 2016, foi nomeado uma das *Dez Novas Vozes da Europa* (*Ten New Voices from Europe*), escolha da plataforma *Literature Across Frontiers*.

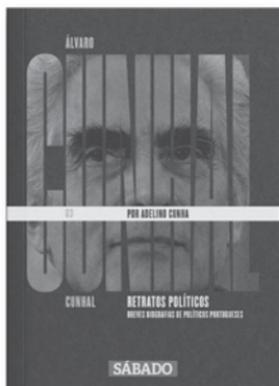
O seu segundo romance, *Hoje Estarás Comigo no Paraíso* (Quetzal, 2017), recebeu o prémio Tabula Rasa 2016-2017 na categoria de ficção e o segundo lugar do Prémio Oceanos 2018. Em 2018, foram reunidos os seus melhores textos dispersos no volume *Manobras de Guerrilha* e em 2020 publicou o livro de contos *Uma Ida ao Motel*, galardoado no ano seguinte com o Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco/APE. Em 2021, saiu *Integrado Marginal*, biografia do escritor José Cardoso Pires. Um ano depois, reuniu em *O Segundo Coração* um conjunto de crónicas sobre o passado e a memória. Em 2024, publicou o seu terceiro romance, *Toda a Gente Tem um Plano*. Os direitos dos seus livros foram vendidos para vários países, incluindo Espanha, Itália, Brasil, Colômbia, Egito e Israel.



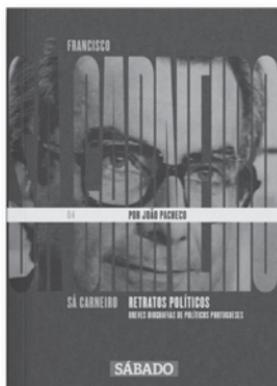
ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR



MARCELLO CAETANO



ÁLVARO CUNHAL



FRANCISCO SÁ CARNEIRO

Se pretender adquirir a primeira coleção ou alguns dos seus volumes, envie o seu pedido para pedidos@colecoesanteriores.pt ou ligue para **218 367 007**.



RETRATOS POLÍTICOS
BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES

Use o QR-Code para comprar online.

Por volta das cinco da tarde, em Tancos, é aconselhado a ir de helicóptero para Espanha. António de Spínola, acompanhado pela mulher, abandonava, sem honra nem glória, o país pelo qual se tinha sacrificado, pelo qual tinha combatido nas matas de Angola e da Guiné, pelo qual lutara como nunca naqueles meses após a revolução. Fora empurrado, não se sabe por que forças, para um golpe ridículo, planeado de forma amadora, sem a mínima hipótese de sucesso. De certo modo, a sua vida política, iniciada no dia 20 de maio de 1968, quando tomou posse como governador da Guiné e comandante-geral das Forças Armadas naquele território, terminou naquele dia 11 de março de 1975. Em quase sete anos a História acelerou e, de militar respeitado pelas suas façanhas, de político admirado pelas nações pelas suas propostas, Spínola tornou-se num pária.

Bruno Vieira Amaral

**“QUE CADA PORTUGUÊS SE MANTENHA EM PAZ,
CONFIE NA FORÇA DO VOTO SECRETO,
A GRANDE ARMA DEMOCRÁTICA DOS HOMENS
ORDEIROS E LIVRES, E JAMAIS CONSINTA
QUE A SUA CONSCIÊNCIA SEJA VIOLADA.”**



00002



5 607727 409373